

4. Empresas — Registo comercial

LISBOA

LISBOA — 3.ª SECÇÃO

SOCIEDADE PORTUGUESA DE SEGUROS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (3.ª Secção). Matrícula n.º 1659; identificação de pessoa colectiva n.º 500268169; data da apresentação: 12 de Agosto de 1999.

Celeste de Jesus Lourenço, segunda-ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (3.ª Secção):

Certifica que, com relação à sociedade em epígrafe, ficaram depositados na pasta respectiva, os documentos respeitantes à prestação de contas do ano de 1998, bem como as contas consolidadas relativas ao mesmo ano.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (3.ª Secção), 11 de Novembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Celeste de Jesus Lourenço*.

Relatório e contas de 1998

Relatório do conselho de administração

Srs. Accionistas:

Nos termos das disposições legais e estatutárias, o conselho de administração da Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A., submete à vossa apreciação o presente relatório de gestão, bem como o balanço da sociedade em 31 de Dezembro, a demonstração dos resultados e os demais documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 1998.

A economia portuguesa

A economia portuguesa teve um bom desempenho em 1998.

O crescimento do PIB é estimado na ordem dos 4,2%.

Para tal crescimento muito terão contribuído, por um lado, o aumento de 10,5% nas exportações e, pelo outro, o aumento de 8% na formação bruta de capital fixo e de 3,6% no consumo privado.

O crescimento do consumo privado, por seu turno, reflecte o aumento do nível de confiança das famílias decorrente de uma diminuição significativa da taxa de desemprego e do aumento dos salários em termos reais, ainda que moderado (3,3% nos instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho e 45 no índice de remunerações da indústria transformadora — dados do 1.º semestre).

Esta evolução favorável beneficiou seguramente da boa conjuntura económica dos nossos principais parceiros comerciais e de factores internos como a Expo 98, mas, mais importante que isso, insere-se num processo de desenvolvimento sustentado que vem, ano após ano, a aproximar a economia portuguesa do nível médio da União Europeia.

Significativo das potencialidades estruturais da economia portuguesa foi o cumprimento dos critérios de convergência que possibilitou a Portugal integrar o núcleo inicial dos países da área euro.

Significativa é também a importância crescente do investimento português no estrangeiro.

Tudo indica pois que, mais ou menos aceleradamente em função da conjuntura internacional, Portugal vai continuar a crescer de forma sustentada, beneficiando do investimento estruturante que caracterizou os últimos anos.

Segundo o programa de estabilidade e crescimento, a economia portuguesa deverá crescer em média 3,3% entre 1999 e 2002.

É pois de crer que, a curto e médio prazo, consiga superar alguns desequilíbrios estruturais que ainda persistem, seja ao nível da estrutura produtiva, seja ao nível do *marketing* das exportações, seja ainda ao nível de alguns desajustamentos sectoriais do emprego.

A actividade financeira, particularmente importante para o sector de seguros, foi marcada pela sistemática descida das taxas de juro, no quadro dos já referidos critérios de convergência, apesar de um ligeiro agravamento da inflação — 2,8% — atribuído a razões conjunturais.

No que respeita ao segmento obrigacionista, assistiu-se por um lado ao aumento dos volumes transaccionados e, por outro, à redução das *yields* e dos *spreads* em relação aos mercados *core*.

Nos mercados de dívida pública verificou-se um decréscimo do volume transaccionado no mercado oficial, em contrapartida do cresci-

mento do MEOG (mercado especial de operações por grosso), tendo no seu conjunto crescido 58%. Por outro lado, o Tesouro procedeu ao lançamento da maturidade de 15 anos (OT Set. 98/2013 — 5,45%), alongando a *yield curve*.

No segmento da dívida privada verificou-se também um acréscimo das transacções, tanto no mercado de cotações oficiais como no segundo mercado, que no seu conjunto negociaram mais 68% do que em 1997.

No que respeita ao segmento accionista, o ano de 1998 ficou marcado por forte volatilidade, provocada pela crise financeira que deflagrou na Rússia em Agosto, a qual anulou um ganho de cerca de 50% até aí registado. Posteriormente verificou-se uma recuperação até ao final do ano, com os principais índices a ganharem 24,9% (PSI 20) e 26,8% (BVL 30).

Por outro lado, o mercado secundário caracterizou-se pelo aprofundamento da liquidez, pelo forte crescimento do volume de transacções e pela referida volatilidade. Assim, o volume de transacções médio diário cresceu 134,8%, passando de 14,9 milhões de contos em 1997 para 34,7 milhões de contos em 1998. Durante o ano tiveram lugar várias operações de dispersão de capital, tendo sido a 3.ª fase de privatização da EDP, a 3.ª fase da Cimpor, a 2.ª fase da Brisa e a OPV do BPA as mais representativas, contribuindo para o aumento da capitalização bolsista em 50,1%, a qual passou de 7162 milhões de contos para 10 748 milhões de contos.

A actividade seguradora

O mercado segurador português continua em crescimento acelerado e sustentado e está ainda longe da saturação.

Segundo os dados provisórios do ISP, o mercado cresceu 17,46% em 1998, tendo sido de 30,03% o crescimento vida e de 6,28% o crescimento não vida. Maior teria sido o crescimento dos prémios se o aumento continuado da procura não tivesse sido acompanhado de forte concorrência em matéria de preços.

Este aumento da procura é especialmente notório no mercado de particulares, devido ao crescimento do parque automóvel e do parque habitacional e à apetência pelos produtos vida e saúde.

Segundo a APS, de 1997 a 1998 o *ratio* prémios/PIB passou de 5,45% para 5,92% (e o PIB cresceu, como vimos, acima de 4%) e os prémios por habitante passaram de 103 contos para 120 contos, traduzindo um crescimento de 16,59%, enquanto a inflação se cifrou em 2,8%.

É especialmente importante destacar que em 1998 e pela primeira vez o volume de prémios vida foi superior ao dos prémios não vida, o que corresponde a uma mudança estrutural do mercado.

O comportamento das várias companhias face ao crescimento global do mercado foi, contudo, muito assimétrico.

A liderança do mercado, designadamente na área vida, pertence claramente aos grandes grupos económicos portugueses com ligação bancária.

Representam 65,31% do mercado total e 74,53% do mercado vida.

Por seu turno, cresceram 22,8% em 1998, mais uma vez com particular destaque para o crescimento de 38,6% em vida, impulsionado, em grande parte, pelos produtos financeiros.

Para além do que fica dito, em 1998 continuou o desenvolvimento de novas formas de distribuição, a diversificação dos produtos em função do binómio canal/cliente e a intensificação das redes de assistência e serviço.

Quanto à sinistralidade são ainda escassas as informações disponíveis a nível global mas é de crer que se manteve estável em relação a 1997.

A actividade da SPS em 1998

A SPS prosseguiu, em 1998, o seu projecto estratégico de desenvolvimento.

Em 1998 os prémios emitidos atingiram 15 393 301 contos, o que representa um acréscimo 10,5% em relação ao ano anterior

Os prémios não vida cresceram 4,3% apesar da forte concorrência que caracterizou o mercado português.

Os prémios vida cresceram 37,2%, mais de sete pontos percentuais acima do crescimento do mercado, o que merece particular destaque porquanto esta área de negócio é, no nosso país, dominada pelos grandes grupos financeiros com canais bancários privativos.

Mantivemos a grande prudência dos critérios de provisionamento, superiores à média do mercado, os quais são a melhor garantia dos nossos clientes e terceiros e também da solidez financeira da empresa.

Tal prudência de provisionamento é evidenciada, nomeadamente, nas certificações actuariais e nas notas do anexo às contas.

As provisões técnicas representam, no fim do exercício, 216,6% dos prémios emitidos (169,8% em não vida, 184,7% em automóvel e 247% em acidentes de trabalho).

A SPS prosseguiu a sua política de controle de custos, tendo continuado a melhorar os *ratios* custos/prémios, quer na rubrica custos de aquisição (de 18,2% para 17,1%), quer na rubrica custos administrativos (de 8,5% para 8%), quer na de custos com sinistros (de 6,6% para 6%), quer mesmo na de custos com investimentos, praticamente estável (de 3% para 2,9%).

Os activos financeiros, que, em 31 de Dezembro de 1998, atingiam 36 653 803 contos, representam cerca de 110% das provisões técnicas e, apesar do abaixamento das taxas de juro e da volatilidade da bolsa no que respeita ao segmento accionista, conseguiu-se um resultado financeiro de 8,9% daqueles activos.

Continuámos a assegurar a qualidade dos serviços aos nossos clientes no que respeita tanto à celeridade de regularização de sinistros, como à participação nos resultados vida, que continuou a ser uma das mais elevadas do mercado.

Continuámos a apostar nas novas tecnologias, bem como na eficiência dos sistemas de informação e dos procedimentos.

O efectivo do pessoal reduziu-se em 4,6%, sendo, em 31 de Dezembro, de 355 empregados.

As responsabilidades com planos de pensões estão avaliadas segundo critério mais prudente que o imposto pela autoridade de supervisão e estão integralmente cobertas.

No quadro da política de concentração no *core business*, a SPS vendeu em 1998 as suas participações na Albatroz — Actividades Hoteleiras, S. A., e na Planasa — Sociedade Imobiliária, S. A., reduzindo assim o seu perímetro de consolidação. Estas operações geraram mais valias superiores a 145 000 contos.

O ano de 1998 foi ainda marcado pelos estudos e trabalhos preparatórios da concentração da SPS e da Portugal Previdente, adiante referida com mais pormenor, no quadro das alterações registadas na estrutura accionista: levantamento de processos e estruturas, avaliação de recursos, acções conducentes à realização de sinergias, etc.

Ao terminar o exercício, a SPS colhe os frutos da política desenvolvida ao longo do último decénio.

No início desse período a SPS fez um grande esforço de saneamento de carteira, redefiniu as políticas de subscrição e tarifação e procedeu a um importante reforço do provisionamento técnico.

Isto permitiu-lhe atingir os padrões técnicos e financeiros de alto nível que hoje a caracterizam.

A SPS desenvolveu simultaneamente uma dinâmica de crescimento, com particular destaque para os negócios Vida, com resultados bem evidentes neste ano de 1998 com o já referido crescimento de 37%, bem superior à média do mercado.

Introduziu, ao longo destes anos, uma cultura de serviço ao cliente e estão em curso importantes projectos de segmentação do mercado e de adequação da gama de produtos a cada segmento específico.

Insere-se na mesma orientação a introdução de coberturas e serviços complementares, constituindo um significativo valor acrescentado em relação aos clientes.

A excelência informática foi assumida como objectivo prioritário, com a adopção de novas tecnologias e a introdução de novas ferramentas, assim como com uma preocupação constante e bem sucedida de assegurar a fiabilidade, a flexibilidade e a acessibilidade dos sistemas.

A empresa desenvolveu um modelo prospectivo e participado de gestão, uma cultura propiciadora da criatividade e um bom clima social, a par de um esforço constante de valorização e actualização dos seus recursos humanos, através, por um lado, do recrutamento e selecção de quadros de elevada qualificação e, pelo outro, de uma acção sistemática de formação e diálogo.

A estrutura e organização da SPS e o seu modelo de desenvolvimento perspectivam assim uma rentabilidade e um crescimento sustentados.

A SPS poderá pois dar um importante contributo para a prossecução dos grandes objectivos estratégicos do grupo e da Allianz Portugal.

Modificação da estrutura accionista

A actividade da SPS em 1998 foi fortemente marcada pelas alterações verificadas na sua estrutura accionista.

Já no relatório de gestão do exercício transacto ficou referido que, no final de 1997, o Grupo AGF (Assurance Générales de France) readquiriu o controlo accionista da SPS através de uma OPA amigável

vel sobre o capital da Athena Assurances, por sua vez accionista maioritária da PFA Tiard.

Por seu turno, em 8 de Maio de 1998, as autoridades competentes da União Europeia aprovaram a aquisição de 51% do capital das Assurances Générales de France feita, também em OPA amigável, pela Allianz Aktiengesellschaft.

No âmbito da reestruturação das actividades na Europa deste grande grupo segurador alemão, que já controlava em Portugal 60% do capital da Portugal Previdente, desenvolveu-se ao longo de 1998 um vasto plano para a concentração desta última seguradora e da Sociedade Portuguesa de Seguros, projecto que, segundo o previsto e após serem obtidas as necessárias autorizações, se concretizará a breve prazo, dando origem a uma nova sociedade que adoptará a designação de Companhia de Seguros Allianz Portugal, S. A.

Alterações na composição do conselho de administração

No seguimento da OPA do Grupo AGF sobre a Athena e da OPA da Allianz sobre o Grupo AGF, verificaram-se ao longo de 1998, várias modificações na composição do conselho de administração da SPS.

Em 9 de Março, Guilhem Ducouret renunciou ao seu mandato, tendo o conselho cooptado, em sua substituição, Yves de Gaulle.

Yves de Gaulle, por sua vez, renunciou ao mandato em 31 de Julho.

O presidente do conselho de administração, Jean-Philippe Thierry, renunciou ao mandato em 11 de Agosto.

O conselho de administração, em reunião daquele mesmo dia, cooptou Louis de Monferrand, que substituiu Jean-Philippe Thierry e foi designado presidente do conselho, e Hughes de Roquette-Buisson, em substituição de Yves de Gaulle.

Em 23 de Outubro de 1998, faleceu inesperadamente o Dr. Leonardo Ferraz de Carvalho, administrador, membro do conselho executivo e responsável pela área vida, saúde e acidentes pessoais da SPS.

Figura pública nacional da maior estatura e sobejamente conhecida, seria despropositado referir aqui a sua notável biografia.

O conselho de administração curva-se perante a memória do amigo e faz-se eco do pesar da SPS, a todos os níveis da sua estrutura.

Já depois de encerrado o exercício, Jean-François Lemoux renunciou também ao seu mandato, tendo o conselho de administração cooptado para o substituir o Dr. Pedro Rogério de Azevedo Seixos Vale, e, na mesma ocasião, cooptou também, para substituir o Dr. Leonardo Ferraz de Carvalho, Klaus Dührkop.

Referências finais

Nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de Novembro, o conselho de administração declara que a sociedade não tem dívidas em mora ao sector público estatal, sem prejuízo da menção contida nos parágrafos seguintes.

Nos termos e para os efeitos do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, o conselho de administração declara que a sociedade não tem dívidas vencidas perante a segurança social. Contudo, a SPS impugnou judicialmente um processo movido pelo Centro Regional de Segurança Social de Viseu. As contribuições e juros pedidos são de 2 206 277\$, que estão provisionados, mas a SPS não reconhece esta dívida.

Já depois do encerramento do exercício, foi convocada, para se realizar no dia 16 de Março de 1999, uma assembleia geral extraordinária que deverá decidir da perda da qualidade de sociedade de subscrição pública da Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A.

Agradecimentos

Pela confiança e pela colaboração recebidas, o conselho de administração quer agradecer:

- Aos seus clientes e mediadores;
- Aos accionistas;
- Ao Instituto de Seguros de Portugal;
- À Comissão do Mercado de Valores Mobiliários;
- Aos conselhos de administração das Bolsas de Valores à Associação Portuguesa de Seguradores;
- À mesa da assembleia geral;
- Ao conselho fiscal e auditores;
- Aos membros do conselho executivo, aos directores e ao demais pessoal da empresa que, com a administradora-delegada Dr.ª Maria do Carmo Herédia Vieira da Fonseca e num espírito de equipa digno de registo, fizeram da SPS aquilo que ela é e que o presente relatório evidencia.

Resultados do exercício e proposta de aplicação

A SPS registou no exercício de 1998, não obstante a prudência, superior à do mercado, posta no seu provisionamento, os seus melhores resultados de sempre: 897 099 contos, antes da dedução dos custos com a projectada fusão que dará origem à Allianz Portugal, no valor de 205 490 contos.

Aquele resultado traduz-se num ROE de 12,8% e representa 6,6% dos prémios adquiridos.

O resultado final do exercício apresenta assim um lucro de 691 609 406\$10 que, acrescido aos resultados transitados, perfaz um resultado acumulado de 1 158 590 838\$50.

O conselho de administração propõe à assembleia geral que a este resultado seja dada a seguinte aplicação:

Reserva legal — 69 161 000\$;

Dividendos — 360 000 000\$;

Saldo para o exercício seguinte — 729 429 838\$50.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 1999. — O Conselho de Administração: *Louis de Montferrand*, presidente — *Maria do Carmo Portela de Herédia Vieira da Fonseca*, administradora-delegada — *António Augusto Serra Lopes* — *José António de Carvalho Martins* — *Jean-François Lemoux* — *Anne-Dominique Legrand* — *Luis António Gomes Moreno* — *Hugues de Roquette-Buisson*.

Balanco em 31 de Dezembro de 1998**ACTIVO**

CEE	Código das contas	(Em contos)			
		Ano anterior	Ano		Ano anterior
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
B	25+272+275	32 009	23 978	8 031	6 654
C					
I					
	Imobilizações incorpóreas				
	Investimentos:				
	Terrenos e edifícios	5 035 509	—	5 035 509	5 043 392
	De serviço próprio	2 245 262	—	2 245 262	2 179 439
	De rendimento	2 785 236	—	2 785 236	2 816 311
	Imob. em curso e adiantamentos por conta	5 011	—	5 011	47 642
	Investimentos em empresas do grupo e associadas	169 152	—	169 152	1 765 722
II					
	Partes de capital em empresas do grupo	169 152	—	169 152	1 571 623
	Obrigações e outros empréstimos a empresas do grupo	—	—	—	—
3	Partes de capital em empresas associadas	—	—	—	194 099
4	Obrigações e outros empréstimos a empresas associadas	—	—	—	—
III					
	Outros investimentos financeiros	31 448 999	—	31 448 999	27 563 693

CEE	Código das contas		Ano			(Em contos)	
			Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Ano anterior	Activo líquido
I	20x20+22020+22120+22220+2320	Acções, outros títulos de rendimento variável e unidades de participação em fundos de investimento	3 697 944	—	3 697 944	3 307 341	
2	20x21+22021+22121+22221+2321	Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	27 342 518	—	27 342 518	23 870 191	
4	20x22+22022+22122+22222-2322	Empréstimos hipotecários	258 032	—	258 032	285 003	
5	20x23+22023+22123+22223+2323	Outros empréstimos	505	—	505	683	
6	20+24+22024+22124+22224+2324	Depósitos em instituições de crédito	150 000	—	150 000	100 000	
7	20x25+2025+22125+22225+2323	Outros	—	—	—	—	
IV	24	Depósitos junto de empresas cedentes	142	—	142	85	
D	21	Investimentos relativos a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	—	—	—	—	
D-A		Provisões técnicas de resseguro cedido	1 026 041	—	1 026 041	840 173	
1	3500+3510	Provisão para prémios não adquiridos	134 105	—	134 105	127 375	
2	3400+3410	Provisão matemática do ramo vida	51 207	—	51 207	50 687	
3	3401-3411+3501+3511	Provisão para sinistros	840 729	—	840 729	662 111	
4	3402+3412-3502+3512	Provisão para participação nos resultados	—	—	—	—	
5	3503+3513	Outras provisões técnicas	—	—	—	—	
6	3403+3413	Provisões técnicas relativas a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	—	—	—	—	
E		Devedores	4 548 781	481 554	4 067 227	2 792 147	
I		Por operações de seguro directo:					
	400+410+420+4700	Empresas do grupo	—	—	—	—	
	42+411/2+421/2+4701/2	Empresas participadas e participantes	—	—	—	305	
	403+413+423+4703	Outros devedores	2 419 787	232 419	2 187 368	2 040 561	
II		Por operações de resseguro:					
	430+440	Empresas do grupo	86 012	—	86 012	22 834	
	431+432+441+442	Empresas participadas e participantes	—	—	—	—	
	433+443	Outros devedores	86 810	—	36 310	114 588	
III		Por outras operações:					
	4730	Empresas do grupo	143 364	—	143 364	109 623	
	4731+4732	Empresas participadas e participantes	—	—	—	—	
	46+4733+474	Outros devedores	1 812 808	249 135	1 563 673	504 236	
IV	473	Subscritores de capital	—	—	—	—	
F		Outros elementos do activo	2 010 826	579 455	1 431 371	826 965	

CEE	Código das contas	(Em contos)		
		Ano		Ano anterior
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido
I	26+27I+274	1 147 762	579 455	568 307
II	50+51	863 064	—	863 064
III	28	—	—	—
G		639 939	—	639 939
	Acréscimos e diferimentos	—	—	586 761
I	4800	434 420	—	576 847
II-III	4801+481	5 519	—	9 914
	<i>Totais</i>	44 911 398	1 084 987	39 425 592

PASSIVO

CEE	Código das contas	(Em contos)		
		Ano		Ano anterior
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido
A		7 182 434	—	6 821 660
	Capital próprio	—	—	—
I	10	3 000 000	—	3 000 000
II	11	1 125 000	—	1 125 000
III		—	—	—
	Reservas de reavaliação	—	—	—
III	12000	1 688 353	—	1 869 189
III	12001+1201	—	—	—
IV		—	—	—
	Reservas	—	—	—
	Reserva legal	210 490	—	168 800
	Reserva estatutária	—	—	—
	Outras reservas	—	—	—
V	19	466 982	—	241 772
VI	88	691 609	—	416 899
B		—	—	—
	Resultados transitados	—	—	—
	Resultado do exercício	—	—	—
B-A		187 708	—	152 806
	Fundo para dotações futuras	—	—	—
C		33 338 016	—	28 959 158
	Provisões técnicas	—	—	—
1	310+330	3 370 735	—	3 167 380
2	300+320	12 569 212	—	10 025 328
3		—	—	—
	Provisão para prémios não adquiridos	—	—	—
	Provisão matemática do ramo vida	—	—	—
	Provisão para sinistros	—	—	—
IV	301+321	234 155	—	132 268
	De vida	—	—	—
	De acidentes de trabalho	5 735 527	—	5 272 723
	De outros ramos	10 197 623	—	9 306 229

		(Em contos)	
CEE	Código das contas	Ano	Ano anterior
4	305+312+322+332	465 237	499 756
5	313+33)	38 415	39 713
6	314+334	727 112	515 761
D	303+323	—	—
	Provisão para participação nos resultados		
	Provisão para desvios de sinistralidade		
	Outras provisões técnicas		
	Provisão técnica relativas a seguros de vida em que o risco de investim. é suportado pela formador de seguro		
	Provisões para outros riscos e encargos	692 720	1 029 775
	Provisões para pensões	645 791	811 934
	Provisões para impostos	25 596	27 223
	Outras provisões	20 733	190 618
F	45	665 651	466 047
	Depósitos recebidos de resseguradores		
G		1 479 930	1 707 527
	Credores		
I			
	Por operações de seguro directo:		
	Empresas do grupo	—	—
	Empresas participadas e participantes	—	—
	Outros credores	528 417	571 835
II			
	Por operações de resseguro:		
	Empresas do grupo	131 081	103 168
	Empresas participadas e participantes	—	—
	Outros credores	126 957	148 651
IV			
	Empréstimos bancários:		
	Empresas do grupo	—	—
	Empresas participadas e participantes	—	—
	Outros credores	—	—
V	46	562 279	562 465
VI			
	Estado e outros entes públicos		
	Credores diversos:		
	Empresas do grupo	1 085	417
	Empresas participadas e participantes	—	—
	Outros credores	130 111	320 991
H	492+483	280 552	288 619
	Acréscimos e diferimentos		
	<i>Totais</i>	43 826 411	39 425 592

O Conselho de Administração: *Louis de Montferrand*, presidente — *Maria do Carmo Portela de Herédia Vieira da Fonseca*, administradora-delegada — *António Augusto Serra Lopes* — *José António de Carvalho Martins* — *Jean-François Lemoux* — *Anne-Dominique Legrand* — *Luis António Gomes Moreno* — *Hugues de Roquette-Buisson*. — O Técnico de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Conta de ganhos e perdas em 31 de Dezembro de 1998

CEE	Código das contas	Ano	Ano anterior	(Em contos)
I				
		Conta técnica do seguro não vida:		
		Prémios adquiridos líquidos de resseguro:		
a)	701+703	11 823 842	11 332 274	
b)	711+713	(1 300 894)	(1 145 483)	10 184 791
c)	6110+6130	(222 217)	(92 175)	
d)	61500+61510	6 730	5 709	(86 466)
		10 522 948	10 307 461	10 100 325
		(215 487)	(86 466)	
		Proveitos dos investimentos:		
		Rendimentos de partes de capital:		
		Relativos a empresas do grupo		
	742010+742110	—	—	
	742020+742120	—	—	
		Rendimentos de outros investimentos:		
		Relativos a empresas do grupo		
	7+2011/2+7+2111/2	—	—	
	74200+742021/2+			
	74203+74210+742021/2+	1 066 979	1 239 285	1 239 285
	744213+74223			
	752+7541	1 012 125	2 079 104	590 099
3	762			1 829 384
	7901			676 109
				39 147
		12 594 932		12 644 945
4		Ganhos realizados em investimentos		
		Mais-valias não realizadas de investimentos		
		Outros proveitos técnicos, líquidos de resseguro		
		Proveitos técnicos		
		Custos com sinistros, líquidos de resseguro:		
		Montantes pagos:		
a)		8 112 397	7 591 969	
aa)	6010+6030	(730 120)	(639 224)	4 952 745
ab)	60500+60519			
b)		1 354 981	955 604	
aa)	6011+6031	(135 470)	119 763	1 075 367
bb)	60501+60511			
		1 219 511	8 601 788	8 028 112
5	6112/3+6132/3+61501+61511			200 885
6	621+623+625			—
7		Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)		
		Participação nos resultados, líquida de resseguro		
		Custos de exploração líquidos:		
		Custos de aquisição		
a)	6301+6303	2 091 893	2 098 739	
b)	6311+6313	(18 863)	(2 406)	
c)	6321+6323	1 033 909	1 018 255	
d)	721+723	(349 477)	(345 147)	2 769 441
		2 757 462	2 757 462	

CEE	Código das contas	(Em contos)	
		Ano	Ano anterior
34	763		
7	7911+7912	35 122	26 016
		5 474	9 825
		333 235	200 158
5			
a)	642		32 723
c)	653+6542	12 380	—
		8 300	
8	663		
	6911+6912+6913	20 680	32 723
		14 777	49 281
		17 154	445 603
		52 613	527 612
10	82	503 346	851 700
11	7910	250 031	113 513
12	6910	238 622	60 041
13	83	11 409	53 472
		(144 574)	(643 242)
		325 410	157 688
14	86	695 591	419 618
	87	3 982	2 719
16	88	691 609	416 899

O Conselho de Administração: *Louis de Montferrand*, presidente — *Maria do Carmo Portela de Herédia Vieira da Fonseca*, administradora-delegada — *António Augusto Serra Lopes* — *José António de Carvalho Martins* — *Jean-François Lemoux* — *Anne-Dominique Legrand* — *Luís António Gomes Moreno* — *Hugues de Roquette-Buisson*. — O Técnico de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Anexo ao balanço e à conta de ganhos e perdas (contas individuais)

Introdução:

A Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A., foi constituída em 2 de Maio de 1900 e tem por objecto o exercício da actividade de seguros e resseguros dos ramos vida e não vida.

No final do ano de 1997, a AGF Assurances adquiriu a maioria das acções da Athena que, por sua vez detém a maioria do capital da PFA TIARD Compagnies d'Assurances, accionista maioritária da SPS desde 1995. No início de 1998 o Governo Francês autorizou uma OPA amigável do grupo segurador Allianz sobre a AGF Assurances, operação que foi bem sucedida. Na sequência desta operação, aprovada pelas autoridades da União Europeia em Maio de 1998, o Grupo Allianz passou a deter maioritariamente em Portugal as companhias de seguros Portugal Previdente, S. A., e Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A. No corrente ano de 1999 estas duas companhias concentrar-se-ão numa única, dando origem à Allianz Portugal, S. A.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o plano de contas para as empresas de seguros, estabelecido pelo Instituto de Seguros de Portugal. As notas que se seguem respeitam a ordem definida no plano de contas, sendo de referir que os números não incluídos neste anexo não têm aplicação, por irrelevância dos valores ou por inexistência de situações a reportar.

Os valores são expressos, salvo informação em contrário, em milhares de escudos.

3 — Critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das contas anuais, assim como os métodos de cálculo utilizados para as correcções de valor, nomeadamente amortizações e provisões.

As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com os princípios contabilísticos definidos na Plano de Contas para as Empresas de Seguros e normas específicas emanadas do Instituto de Seguros de Portugal. Assim, foram elaboradas segundo a convenção dos custos históricos (modificada pela adopção do princípio do valor actual relativamente aos investimentos em imóveis e títulos de rendimento variável), e na base da continuidade das operações e em conformidade com os princípios contabilísticos da prudência, especialização dos exercícios, consistência, substância sobre a forma e materialidade.

Os principais critérios valorimétricos e métodos de cálculo para as correcções de valor utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas. — Estão valorizadas ao custo de aquisição líquido das amortizações efectuadas pelo método das quotas constantes e dentro dos limites das taxas legalmente fixadas, pelo período de três anos.

	Anos
Despesas de investigação e desenvolvimento	3
Despesas em edifícios arrendados	3

b) Imobilizações corpóreas. — Estão valorizadas ao custo de aquisição líquido das amortizações acumuladas.

As amortizações são efectuadas pelo método das quotas constantes, a taxas calculadas de forma a que o valor dos imobilizados seja amortizado durante a sua vida útil estimada, nos seguintes anos:

	Anos
Equipamento administrativo	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Equipamento informático	3 a 8
Equipamento de transporte	4
Outras imobilizações corpóreas	4 a 10

c) Investimentos. — Os investimentos estão valorizados de acordo com o princípio do valor actual, à excepção dos títulos de rendimento fixo. Entende-se por valor actual, o valor de mercado apurado à data da avaliação.

Imóveis — estão valorizados ao valor de mercado, apurado à data das avaliações efectuadas por peritos avaliadores reconhecidos pelo ISP. Os imóveis são parcialmente ocupados pela companhia e não são amortizados.

Títulos de rendimento variável — os títulos admitidos à cotação numa bolsa oficial de valores mobiliários e que tenham efectuado cotação nos últimos 90 dias, estão valorizados de acordo com o último valor negociado.

Os restantes títulos foram valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Acções — no máximo, ao valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da respectiva empresa, de acordo com o último balanço aprovado.

Cautelas de acções de empresas com acções cotadas que tenham procedido a aumento de capital — ao valor de cotação dos títulos definitivos, devendo esse valor reflectir o aumento de capital.

Unidades de participação em fundos de investimento — ao valor patrimonial à data do balanço.

Títulos de participação — ao valor nominal.

Títulos de rendimento fixo — ao valor de aquisição ajustado de forma escalonada e de modo uniforme, com base no respectivo valor de reembolso.

O aumento ou diminuição do valor dos investimentos resultante da sua actualização para o valor de mercado é contabilizado na conta de ganhos e perdas, nas rubricas de mais e menos-valias não realizadas de investimentos. Em determinadas circunstâncias este efeito poderá ser compensado com a constituição e utilização do Fundo para Dotações Futuras e da Reserva de Reavaliação Regulamentar.

d) Provisão para prémios não adquiridos. — A provisão para prémios não adquiridos inclui a parte dos prémios brutos emitidos, relativamente a cada um dos contratos em vigor, a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes, apurada de acordo com o método *pro-rata temporis*.

Esta provisão destina-se a garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos deles resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguro.

A provisão constante do balanço encontra-se deduzida dos custos de aquisição imputados a exercícios seguintes, na mesma proporção da especialização dos prémios até ao limite de 20% do montante dos prémios diferidos, por cada um dos ramos.

e) Provisão matemática. — A provisão matemática do ramo Vida corresponde à diferença entre os valores actuais das responsabilidades recíprocas da Companhia e das pessoas que tenham celebrado os contratos de seguros, e é calculada em conformidade com as bases técnicas para cada uma das modalidades.

De acordo com estas bases técnicas, a provisão é calculada com base nas seguintes tábuas de mortalidade: PF e PM 60/64, com a taxa de juro técnica de 6% e 4%, AF e RF de 3,25%, TV 73/77 de 4% e GKM 80 de 4%, consoante as modalidades. Nos seguros individuais mistos, vida inteira e capital diferido da carteira posterior a 1 de Janeiro de 1984 a provisão matemática é Zilmerizada, ou seja, os custos de aquisição iniciais teóricos são diferidos em função do período do contrato.

f) Provisão para sinistros. — A provisão para sinistros corresponde: *i)* ao valor das responsabilidades estimadas por sinistros pendentes de liquidação; *ii)* à estimativa para as responsabilidades provenientes de sinistros ocorridos mas não declarados à data do balanço, correspondente a 1%, no ramo Vida, e a 4%, nos restantes ramos, do custo com sinistros do exercício; *iii)* ao valor actual das pensões, homologadas, conciliadas, definidas ou meramente presumíveis, a pagar no âmbito das operações de seguro de acidentes de trabalho, calculado com base na tábua de mortalidade PF 60/64, com taxa técnica de juro de 6% e encargos de gestão de 4%, e complementado prudencialmente com referência a tábuas actuariais, de mortalidade e financeiras, mais exigentes, em obediência ao que está estipulado na norma do ISP n.º 29/95-R, de 28 de Dezembro; *iiii)* ao valor estimado para encargos futuros de gestão de sinistros Não Vida pendentes, considerando 5% das provisões para sinistros pendentes de exercícios anteriores.

g) Provisão para participação nos resultados. — A provisão para participação nos resultados é dotada, anualmente, com base nas contas de resultados das modalidades que prevêem a sua constituição. O seu cálculo é efectuado de acordo com o plano de participação nos resultados de cada modalidade.

Para as apólices que beneficiam de uma participação nos resultados, conforme estabelecido nas condições gerais da apólice, é afectada uma participação no termo de cada ano civil relativamente aos contratos que se encontram em vigor. A distribuição desta participação é efectuada em 1 de Janeiro ou na data aniversária seguinte. Na nota n.º 45 é apresentado o movimento ocorrido, no exercício, relativamente a algumas modalidades.

h) Provisão para desvios de sinistralidade. — A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face à sinistralidade excep-

cionalmente elevada, nos ramos de seguro em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações. De acordo com as normas do Instituto de Seguros de Portugal, esta provisão foi constituída para os seguros de caução, riscos de fenómenos sísmicos e resseguro aceite — risco atómico.

i) *Provisão para riscos em curso.* — A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor de seguros não vida. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de despesas e de cedência apurados no exercício.

j) *Provisões técnicas de resseguro cedido.* — A provisão para prémios não adquiridos, a provisão matemática e a provisão para sinistros, de resseguro cedido, correspondem à quota parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia, e são calculadas de acordo com os contratos em vigor, no que se refere às percentagens de cedência e a outras cláusulas existentes, e de acordo com as percentagens de especialização do seguro directo.

l) *Provisão para recibos por cobrar.* — A provisão para recibos por cobrar destina-se a reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor provável de realização, e é calculada mediante a aplicação de uma percentagem média (correspondente à receita líquida da Companhia) aos recibos por cobrar, na seguinte situação:

Ramo Vida — recibos por cobrar com uma antiguidade superior a três meses.

Ramos Não Vida — recibos cujos contratos se encontram anulados por falta de pagamento; recibos que se encontram para cobrança coerciva.

m) *Provisão para créditos de cobrança duvidosa.* — A provisão para créditos de cobrança duvidosa destina-se a reduzir o montante dos saldos a receber, resultantes de operações de seguro directo, de resseguro ou outras, à excepção dos recibos por cobrar, ao seu valor provável de realização. Os saldos incluídos estão provisionados a 100%.

n) *Responsabilidade com pensões de reforma e pré-reforma.* — V. nota n.º 19.

4 — Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa dos elementos contidos nas contas anuais que estejam ou tenham estado na sua origem expressos em moeda estrangeira.

A cotação utilizada para a conversão dos investimentos em moeda estrangeira, existentes na data do balanço, foi a seguinte:

Marco alemão (DEM) — 102\$50.

Euro (EUR) — 200\$482.

6 — O nome e a sede das empresas do grupo e das empresas associadas, com indicação da fracção de capital detida, bem como dos capitais próprios e do resultado do último exercício em cada uma dessas empresas com menção desse exercício.

Quando se tratar de uma empresa-mãe, que não proceda a consolidação das demonstrações financeiras, deve indicar os motivos da dispensa.

Nos casos em que uma empresa for incluída na consolidação deve ser indicada a firma e a sede da empresa que prepara as demonstrações financeiras consolidadas.

Quando for excluída, deve indicar:

A firma e a sede da empresa que elabora as contas consolidadas; Os motivos que justifiquem a exclusão.

Relação das empresas do grupo:

Empresas	Sede	Participação (percentagem)	Resultado (a)	Capital próprio (a)	Ano
Empresas do Grupo:					
Unipensão — Soc. G. F. Pensões, S. A.	Lisboa	81,40	2 307	208 524	1998

(a) Elementos fornecidos antes da assembleia geral para aprovação das contas de 1998.

Em 1998, a SPS alienou as suas participações financeiras nas empresas, Planasa — Soc. Imobiliária, S. A. (72,72%), e Albatroz — Actividades Hoteleira, S. A. (20%).

7 — Número médio de trabalhadores ao serviço no exercício, ventilado por categorias profissionais:

O número médio de pessoas ao serviço da sociedade foi de 362, repartido pelas seguintes categorias profissionais:

Direcção executiva	5
Outros quadros superiores e médios	47
Quadros médios	105
Profissionais altamente qualificados	52
Profissionais qualificados	135
Profissionais semiqualeificados	14
Estagiários para profissionais qualificados	5
Estagiários para profissionais semiqualeificados	—

Notas:

A ventilação por categorias foi feita segundo a estrutura de classificação de funções constante dos instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho, nos termos do despacho de 5 de Março de 1990 do Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Emprego e da segurança social (*Bol. Trab. Emp.*, 1.ª série, n.º 11, de 22 de Março de 1990).

O número médio de trabalhadores em serviço foi apurado em consonância com as instruções aplicáveis ao balanço social (número médio de pessoas ao serviço) com a seguinte adaptação: os trabalhadores em regime de tempo parcial foram considerados na proporção do seu período de trabalho em relação ao período normal de trabalho do sector de seguros.

Critério de arredondamento para a unidade mais próxima; 0,5 arredondado para a unidade superior.

A diferença entre o número total e a soma das parcelas resulta dos arredondamentos.

8 — Montante dos custos com o pessoal referentes ao exercício, assim discriminados:

Rubricas	Valores
Remunerações:	
Dos órgãos sociais	19 777
Do pessoal	1 740 556
Encargos sobre remunerações	347 488
Custos com pensões:	
Pensões e respectivos encargos	62 691
Prémios e contribuições para pensões	—

9 — Indicação, relativamente aos membros dos órgãos sociais, de forma global para cada um dos órgãos, do seguinte:

O montante dos compromissos surgidos ou contratados em matéria de pensões de reforma para os antigos membros dos órgãos supracitados;

O montante dos adiantamentos e dos créditos concedidos, com indicação da respectiva taxa de juro, das condições principais e das quantias já reembolsadas, bem como dos compromissos tomados por sua conta a título de qualquer garantia.

Nenhum dos antigos membros dos órgãos sociais está a receber ou tem direito a receber futuramente, da parte da companhia, qualquer pensão de reforma.

Não existem quaisquer adiantamentos ou créditos concedidos a membros dos órgãos sociais.

Não foram assumidos compromissos, tomados por sua conta, a título de qualquer garantia.

10 — Comentários explicativos aos elementos inscritos na rubrica de imobilizações incorpóreas e justificação das situações em que sejam efectuadas amortizações por período superior a cinco anos.

As imobilizações incorpóreas incluem essencialmente o seguinte:

Despesas em edifícios arrendados — benfeitorias em edifícios arrendados para instalações próprias e que não são passíveis de recuperação;

As amortizações, de todos os elementos que integram o imobilizado incorpóreo, são efectuadas por um período de três anos.

12 — Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço:

A rubrica de devedores — por outras operações — outros devedores cujo saldo é de 1 812 807 contos, inclui saldos de cobrança duvidosa no valor de 249 135 contos, estando constituída uma provisão de igual montante.

17 — Valor das dívidas a terceiros cuja duração residual é superior a cinco anos, separadamente por cada uma das rubricas do balanço:

À excepção da provisão para sinistros e da provisão matemática que terão uma duração residual superior a cinco anos, tendo em conta as características destas provisões, não existem valores a pagar com exigibilidades para além dos cinco anos.

19 — Valor global dos compromissos financeiros que não figurem no balanço, na medida em que a sua indicação seja útil para a apreciação da situação financeira da empresa. Devem ser indicados separadamente os compromissos assumidos em matéria de pensões e respectivas coberturas e os que respeitem a empresas do grupo ou associadas.

A companhia é responsável pelos planos de pensões estabelecidos, por um lado, no capítulo v do Contrato Colectivo de Trabalho para a actividade seguradora, publicado no *Bol. Trab. Emp.*, 1.ª série, n.º 23, de 22 de Junho de 1995 e, por outro, em contratos individuais de trabalho em vigor.

O valor actuarial dos compromissos com planos de pensões do pessoal da SPS, apurado nos termos da Norma n.º 26/95-R, de 14/12, do ISP e com uma taxa técnica de rendas de 5% (*spread* de 3 p. p.) era, em 31 de Dezembro de 1998, de 1 805 487 contos, com a seguinte distribuição:

Pensões vitalícias (velhice e invalidez em curso): 729 123 contos;
Pensões vitalícias diferidas: 89 930 contos;
Prestações temporárias dos pré-reformados: 247 892 contos;
Serviços passados do pessoal no activo: 738 542 contos.

Tais compromissos estavam integralmente cobertos.
Estavam financiados 1 159 745 contos:

Activos do Fundo de Pensões Próprio da Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A.: 845 298 contos;

Activos do Fundo de Pensões SPS II: 223 272 contos;
Apólice 20000057 da Comp. de Seguros BPI Vida : 25 507 contos;
Rendas asseguradas pela apólice 47 992 SPS: 65 668 contos (avaliação feita com as mesmas bases técnicas usadas no cálculo das responsabilidades).

Estavam em provisão contabilística, 645 791 contos.

Já em Janeiro de 1999, a SPS reforçou os financiamentos efectuados em 1998 com uma contribuição de 56 278 contos para o Fundo de Pensões Próprio da Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A., que foi feito por contrapartida da provisão contabilística.

20 — Diferença entre a carga fiscal imputada ao exercício e aos dois exercícios anteriores e a carga fiscal já paga ou a pagar com referência a estes exercícios:

Ano	Imposto estimado	Valor pago	Valor a pagar
Ano de 1996	1 933	1 933	—
Ano de 1997	2 719	2 719	—
Ano de 1998	3 982	—	3 982
Total	8 634	4 652	3 982

Imposto estimado refere-se apenas à tributação sobre as despesas confidenciais, visto que, para os últimos cinco anos não foi apurada outra matéria colectável, registando-se os seguintes resultados fiscais:

Ano	Resultado contabilístico	Resultado fiscal
Ano de 1993	27 813	(1 456 780)
Ano de 1994	107 061	(668 683)
Ano de 1995	151 470	(a) (1 260 315)
Ano de 1996	253 664	(a) 217 414
Ano de 1997	416 899	(a) 792 172
Total	956 907	2 376 192

(a) Valores ainda não validados pela administração fiscal.

22 — Inventário de títulos e participações financeiras, de acordo com o modelo apresentado no anexo 1.

23 — Movimentos ocorridos em várias rubricas de imobilizações (corpóreas e incorpóreas) e nas respectivas correcções de valor bem como em várias rubricas de investimentos, de acordo com os modelos apresentados nos anexos 2, 3 e 4.

24 — Movimentos relativos a reavaliações, de acordo com o seguinte mapa:

Rubricas	Imobilizações corpóreas	Investimentos	Total
Reserva de reavaliação:			
Início do exercício	—	1 869 189	1 869 189
Aumentos	—	144 574	144 574
Diminuições:			
Incorporação de capital social	—	—	—
Outras	—	(325 410)	(325 410)
Fim do exercício	—	1 688 353	1 688 353
Custo histórico (a)	568 307	8 897 595	9 465 902
Reavaliações (a)	—	(180 836)	(180 836)
Valores contabilísticos reavaliados (a)	568 307	8 716 759	9 285 066

(a) Apenas foram considerados os investimentos em imóveis e em títulos de rendimento variável, cujos movimentos de valorização se contabilizam na reserva de reavaliação.

25 — Explicação do tratamento fiscal da reserva de reavaliação.

As mais e menos-valias fiscais a apurar aquando da venda dos investimentos, de acordo com o artigo 42.º do Código do IRC, resulta da diferença entre o valor de aquisição e o valor de venda, pelo que, as

valorizações intercalares com conseqüente apuramento de mais e menos-valias não realizadas e a eventual constituição da reserva de reavaliação, não foram tributadas. De igual modo, a diminuição da reserva, por utilização, de acordo com os critérios estabelecidos no plano de contas, não é considerada para efeitos fiscais.

26 — Desdobramento das contas de provisões pelas respectivas subcontas, conforme quadro seguinte:

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
490 — Proveitos para recibos por cobrar:				
4900 — De empresas do grupo	—	—	—	—
4901 — De empresas associadas	—	—	—	—
4902 — De outras empresas participadas	—	—	—	—
4903 — De outros tomadores de seguro	299 277	7 822	74 680	232 419
491 — Proveitos para créditos de cobrança duvidosa:				
4910 — De empresas do grupo	—	—	—	—
4911 — De empresas associadas	—	—	—	—
4912 — De outras empresas participadas	—	—	—	—
4913 — De outros devedores	217 230	90 109	58 204	249 135
492 — Proveitos para riscos e encargos:				
4920 — Pensões de reforma	611 105	—	213 206	397 899
4921 — Pensões de pré-reforma	200 829	47 063	—	247 892
4922 — Impostos	27 223	3 145	4 772	25 596
4923 — Outros riscos e encargos	190 618	—	169 885	20 733

27 — Explicação das situações em que os investimentos, as imobilizações e outros elementos do activo foram objecto de correcções de valor excepcionais com vista a obter vantagens fiscais e indicação dos respectivos valores.

Para além das situações referidas na nota n.º 24, não foram registadas correcções ao valor dos activos.

28 — Demonstração dos resultados extraordinários, como segue:

CUSTOS E PERDAS

	Ano	Ano anterior
69100 — Donativos	—	—
69101 — Mecenato	65 896	27 522
69102 — Despesas confidenciais	13 273	9 064
69103 — Perdas imobilizações corpóreas	4 134	—
69104 — Ofertas a clientes	—	277
69105 — Dívidas incobráveis	—	—
69106 — Multas e penalidades	546	188
69107 — Quotizações diversas	4 738	4 017
69108 — Correcções relativas a exercícios anteriores	—	—
69109 — Outros custos e perdas extraordinários	150 036	18 972
83 — Resultados extraordinários	11 409	53 472

PROVEITOS E GANHOS

	Ano	Ano anterior
79100 — Restituição de impostos	—	—
79101 — Recuperação de dívidas	—	—
79102 — Reduções amortizações e provisões	199 194	—
79103 — Ganhos imobilizações corpóreas	23 769	20 399
79107 — Correcções relativas a exercícios anteriores	230	—
79108 — Outros proveitos e ganhos extraordinários	26 839	93 113

29 — Proporção em que o imposto sobre lucros incide sobre os resultados correntes e sobremos resultados extraordinários:

O imposto sobre lucros estimado em 1998 incide na totalidade sobre os resultados extraordinários, de acordo com a tributação estabelecida para as despesas confidenciais.

33 — Com relação às seguintes provisões:

Rubricas	Montante calculado	Custos de aquisição diferidos	Valor de balanço no ano	Valor de balanço no ano anterior
Proveito de prémios não adquiridos	4 064 844	694 109	3 370 735	3 167 380
Proveitos de matemática	12 652 204	82 992	12 569 212	10 025 328
Proveitos para riscos em curso	—	—	727 112	515 761

34 — Desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (correcções), conforme anexo 5, e discriminação dos custos com sinistros, conforme anexo 7.

35 — Explicação dos reajustamentos (correções) apresentados em conformidade com o número anterior no caso de estes assumirem valores significativos:

Os reajustamentos dos custos de sinistros de anos anteriores apresentam-se globalmente insignificantes, e revelam um desempenho positivo.

No ramo automóvel verifica-se um reajustamento para menos de cerca de 5%, que apenas evidencia a política de prudência consistentemente seguida pela SPS na avaliação dos sinistros pendentes.

O ramo de acidentes e doença apresenta um reajustamento para mais ao mesmo nível: um reajustamento de cerca de 4,7% em acidentes de trabalho e igualmente um reajustamento positivo em doença, decorrentes das condições específicas de periodificação destas modalidades de seguro.

36 — Indicação do método de valorimetria aplicado a cada uma das rubricas dos investimentos:

Terrenos e edifícios, acções, outros títulos de rendimentos variável e unidades de participação em fundos de investimento, estão valorizados de acordo com o princípio do valor actual, à excepção dos títulos de rendimentos fixo, conforme referido na nota n.º 3.

Empréstimos hipotecários, empréstimos sobre apólices e depósitos a prazo e à ordem, estão valorizados ao custo de aquisição/valor histórico, sendo os rendimentos especializados em função do período decorrido até 31 de Dezembro de cada ano.

37 — Especificação do método utilizado para a determinação do valor actual dos terrenos e edifícios. Discriminação dos terrenos e edifícios segundo o exercício correspondente à sua avaliação, conforme se segue:

Exercício da última avaliação	Valor de aquisição	Valor de balanço
N	—	—
N-1	721 978	1 084 728
N-2	1 245 337	2 513 685
N-3	844 593	1 432 085
N-4	—	—
Anterior	—	—

O método para a determinação do valor actual dos terrenos e edifícios encontra-se discriminado na nota n.º 3.

38 — Resumo das principais hipóteses consideradas no cálculo da provisão matemática relativa ao seguro de vida:

a) Carteira nova com participação nos resultados (posterior a 1 de Janeiro de 1984):

Nos seguros classificados em caso de morte, à excepção dos temporários anuais renováveis, foi utilizada a tábua de mortalidade PM 60/64 e a taxa técnica de juro de 4%;

Nos seguros temporários anuais renováveis com início anterior a 2 de Janeiro de 1997, foi utilizada a tábua de mortalidade PM 60/64 e a taxa técnica de juro de 4%;

Nos seguros temporários anuais renováveis com início posterior a 2 de Janeiro de 1997, foi utilizada a tábua de mortalidade GKM 80 e a taxa técnica de juro de 4%;

Nos seguros de capital em caso de Vida, foi utilizada a tábua de mortalidade PF 60/64 e a taxa técnica de juro de 4%;

Nos seguros de tipo financeiro foi utilizada a taxa técnica de juro de 4%;

Nos seguros de rendas vitalícias imediatas ou temporárias com início posterior a 1 de Janeiro de 1996, foi utilizada a tábua de mortalidade TV 73/77 e a taxa técnica de juro de 4%.

Nos seguros de rendas vitalícias imediatas ou temporárias, com início anterior a 1 de Janeiro de 1996, foi utilizada a tábua de mortalidade PF 60/64 e a taxa técnica de juro de 6%, as provisões matemáticas de balanço destas rendas representam somente 0,9% das provisões totais;

Em todos os seguros atrás mencionados as provisões matemáticas foram calculadas a prémio de inventário;

Foi zillmerizada a provisão matemática dos seguros individuais: mistos, vida inteira e capital diferido.

b) Carteira antiga sem participação nos resultados (anterior a 1 de Janeiro de 1984):

Nos seguros classificados em caso de morte, foi utilizada a tábua de mortalidade AF e a taxa técnica de juro de 3,25%.

Nos seguros de capital em caso de Vida, foi utilizada a tábua de mortalidade RF e a taxa técnica de juro de 3,25%.

Em todos os seguros atrás mencionados as provisões matemáticas foram calculadas a prémio de inventário.

39 — Indicação dos montantes recuperáveis, relativamente a prestações efectuadas pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos dos segurados em relação a terceiros (sub-rogação) ou da obtenção da propriedade legal dos bens seguros (salvados) que se encontram registados nas subcontas adequadas das contas «261 — Existências», «40 — Tomadores de seguro» e «470 — Outros devedores e credores».

Na conta «2610 — Existências — salvados» encontram-se contabilizados 7085 contos relativos a salvados do ramo automóvel.

Na conta «470 — Outros devedores e credores», encontram-se contabilizados 91 231 contos relativos a reembolsos de sinistros, repartidos pelos seguintes ramos (em contos):

Automóvel	40 368
Acidentes de trabalho	50 241
Acidentes pessoais	229
Doença	393

Os valores considerados resultam sempre da aceitação expressa e solvente de terceiros quanto ao reembolso considerado.

40 — Discriminação de alguns valores relativos ao seguro não-vida entre seguro directo e resseguro aceite e, dentro do seguro directo, entre os vários ramos, conforme anexo 6.

41 — Indicação dos prémios brutos emitidos de seguro directo provenientes de contratos celebrados:

Em Portugal;
Nos outros Estados membros da Comunidade Europeia;
Nos outros países.

A Companhia celebrou em Portugal contratos de seguro directo com prémios brutos emitidos de 15 390 767 contos.

A Companhia não efectuou quaisquer contratos em outros países.

42 — Indicação de alguns valores relativos ao seguro de vida, de acordo com o seguinte quadro:

Prémios brutos emitidos de seguro directo		3 569 459
Relativos a contratos individuais	3 066 226	
Relativos a contratos de grupo	<u>503 233</u>	3 569 459
Periódicos	1 451 192	
Não periódicos	<u>2 118 267</u>	3 569 459
De contratos sem participação nos resultados	334 039	
De contratos com participação nos resultados	<u>3 235 420</u>	3 569 459
De contratos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro		—
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite		—
Saldo de resseguro		(55 862)

43 — Indicação do montante das comissões relativas ao seguro directo, contabilizadas no exercício, que deve incluir as comissões de qualquer natureza, nomeadamente comissões de aquisição, de renovação, de cobrança e de serviço pós-venda:

Comissões de mediação e corretagem — 997 359 contos;
Comissões de cobrança — 222 871 contos.

44 — Indicação dos investimentos segundo a sua afectação, de acordo com o seguinte quadro:

Rubricas	Seguro de Vida (contas 20, 21 e 240)	Seguro não vida (contas 22 e 241)	Livres (conta 23)
Terrenos e edifícios	—	3 123 758	1 906 740
Investimentos em empresas do grupo e associadas	—	—	169 152
Outros investimentos financeiros	12 933 287	18 197 551	318 162
Depósitos junto de empresas cedentes	—	142	—
<i>Total</i>	12 933 287	21 321 451	2 394 054

45 — Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da situação financeira e dos resultados da empresa de seguros:

a) Obrigações detidas pela Companhia em situação de incumprimento de juros e reembolsos de capital em 31 de Dezembro de 1998 (em contos):

Juros vencidos e não pagos	57 721
Reembolsos vencidos e não pagos	196 085

Nota:

Os juros vencidos e não pagos, bem como os reembolsos vencidos e não pagos não se encontram reflectidos no balanço e na conta de ganhos e perdas, encontrando-se a totalidade do capital, vencido e não vencido, 100% provisionado.

Para prestação de caução, resultante de processos pendentes junto dos tribunais civis e do trabalho decorrentes fundamentalmente de processos de sinistros automóvel e de acidentes de trabalho, a Companhia constituiu garantias bancárias no valor de 49 289 contos.

Em cumprimento do ponto 45 da Norma n.º 16/95-R, de 12 de Setembro, do Instituto de Seguros de Portugal (exercício da actividade seguradora — ramo Vida):

Modalidades	Provisões matemáticas de balanço		Montante de participação de resultados	
	No início do exercício	No fim do exercício	Atribuída no exercício	Distribuída no exercício
Capital diferido a prémios únicos sucessivos	2 205 577	3 088 359	95 583	95 583
Plano Poupança SPS — PPR	4 876 289	6 366 456	157 023	157 023
Mistos + V. inteira	350 672	368 318	9 477	12 898
Temporários + rendas certas	52 611	48 927	13 494	15 165
Plano 2000	2 325 976	2 364 399	87 045	87 045
Rendas vitalícias em fundo autónomo	113 842	109 065	1 170	1 170
Rendas vitalícias + capitais diferidos	7 441	149 664	119	143
Multirendimento — operações de capitalização	10 300	—	—	—
<i>Totais</i>	9 942 708	12 495 180	363 911	369 027

d) Foram celebrados contratos-promessa de compra e venda, relativamente aos imóveis situados na Rua da Madalena, 34 e Avenida Duque d'Ávila, 72; os valores entretanto recebidos 40 000 contos, foram contabilizados em credores diversos.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 1999. — O Conselho de Administração: *Louis de Montferrand*, presidente — *Maria do Carmo Portela de Herédia Vieira da Fonseca*, administradora-delegada — *António Augusto Serra Lopes* — *José António de Carvalho Martins* — *Jean-François Lemoux* — *Anne-Dominique Legrand* — *Luís António Gomes Moreno* — *Hugues de Roquette-Buisson*. — O Técnico de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Certificação legal das contas (contas individuais)

1 — *Introdução*. — Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 1998, que evidencia um total de balanço de 43 826 411 contos e um total de capital próprio de 7 182 434 contos, incluindo um resultado líquido de 691 609 contos, a conta de ganhos e perdas do exercício findo naquela data e o correspondente anexo ao balanço e à conta de ganhos e perdas.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em, juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

6 — *Opinião*. — Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A., em 31 de Dezembro de 1998, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector segurador.

7 — *Ênfases*. — Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

7.1 — Conforme descrito na alínea *f*) da nota n.º 3 do anexo ao balanço e à conta de ganhos e perdas, a provisão para sinistros do ramo de acidentes de trabalho inclui 717 101 contos de provisão especial, para além dos mínimos impostos pelo Instituto de Seguros de Portugal. O efeito em resultados do ano resultante do reforço desta provisão traduziu-se num custo adicional de 90 368 contos. Esta provisão reflecte assim critérios de prudência acrescida.

7.2 — A provisão para sinistros inclui 305 243 contos de provisão para os encargos futuros de gestão dos processos de sinistros pendentes, conforme descrito na mesma alínea *f*) da nota n.º 3 do anexo ao balanço e à conta de ganhos e perdas.

7.3 — Conforme referido na nota de introdução ao anexo ao balanço e à conta de ganhos e perdas, no início do ano de 1998 foi efectuada uma OPA amigável do grupo segurador Allianz sobre a AGF Assurances, na sequência da qual o grupo Allianz passou a deter maioritariamente em Portugal as companhias de seguros Portugal Previdente, S. A., e Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A. No exercício de 1999 irá ocorrer a fusão destas duas sociedades, dando origem à Allianz Portugal, S. A.

Lisboa, 4 de Março de 1999. — Pedro Travassos & Delfim Alves — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Pedro Manuel Travassos de Carvalho*.

Relatório do conselho fiscal

1 — Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e tendo examinado o relatório do conselho de administração, o balanço e a conta de ganhos e perdas da Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A., respeitantes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1998, vem o conselho fiscal submeter à vossa apreciação o seu relatório com as conclusões do exame efectuado.

2 — Consideramos que o relatório de gestão foi preparado em conformidade com os parâmetros referidos no artigo 66.º do Código das Sociedades, indicando de forma clara a evolução dos negócios e evolução previsível da sociedade.

3 — Consideramos que o balanço, a conta de ganhos e perdas e o anexo foram preparados em conformidade com os princípios contabilísticos aplicáveis em Portugal ao sector segurador e de acordo com as normas do Instituto de Seguros de Portugal.

4 — Nos termos do artigo 452.º do Código das Sociedades, declaramos que concordamos com a certificação legal das contas, que consideramos parte integrante deste relatório.

5 — Da administração e dos serviços obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos.

6 — Em face do que antecede, emitimos o parecer que se anexa.

Lisboa, 4 de Março de 1999. — O Conselho Fiscal: *José Soares de Albergaria Salazar Antunes*, presidente — *Damien Todorovitch*, vogal — *Pedro Manuel Travassos de Carvalho*, vogal, em representação de Pedro Travassos & Delfim Alves — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Parecer do conselho fiscal

Procedemos à acção fiscalizadora de Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A., nos termos do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais. Face ao que consta da certificação legal das contas, somos de parecer que aproveis:

a) Relatório e as contas do exercício de 1998 apresentados pelo conselho de administração;

b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado relatório do conselho de administração.

Lisboa, 4 de Março de 1999. — O Conselho Fiscal: *José Soares de Albergaria Salazar Antunes*, presidente — *Damien Todorovitch*, vogal — *Pedro Manuel Travassos de Carvalho*, vogal, em representação de Pedro Travassos & Delfim Alves — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Relatório consolidado de gestão

Nos termos das disposições legais e estatutárias, o conselho de administração da Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A., submete à vossa apreciação o presente relatório consolidado de gestão, bem como o balanço consolidado da sociedade em 31 de Dezembro, a demonstração de resultados e os demais documentos de prestação das contas consolidadas relativos ao exercício de 1998.

A economia portuguesa

A economia portuguesa teve um bom desempenho em 1998. O crescimento do PIB é estimado na ordem dos 4,2%.

Para tal crescimento muito terão contribuído, por um lado, o aumento de 10,5% nas exportações e, pelo outro, o aumento de 8% na formação bruta de capital fixo e de 3,6% no consumo privado.

O crescimento do consumo privado, por seu turno, reflecte o aumento do nível de confiança das famílias decorrente de uma diminuição significativa da taxa de desemprego e do aumento dos salários em termos reais, ainda que moderado (3,3% nos instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho e 4% no índice de remunerações da indústria transformadora — dados do 1.º semestre).

Esta evolução favorável beneficiou seguramente da boa conjuntura económica dos nossos principais parceiros comerciais e de factores internos como a Expo 98, mas, mais importante que isso, insere-se num processo de desenvolvimento sustentado que vem, ano após ano, a aproximar a economia portuguesa do nível médio da União Europeia.

Significativa das potencialidades estruturais da economia portuguesa foi o cumprimento dos critérios de convergência que possibilitou a Portugal integrar o núcleo inicial dos países da área euro.

Significativa é também a importância crescente do investimento português no estrangeiro.

Tudo indica pois que, mais ou menos aceleradamente, em função da conjuntura internacional, Portugal vai continuar a crescer de forma sustentada, beneficiando do investimento estruturante que caracterizou os últimos anos.

Segundo o programa de estabilidade e crescimento, a economia portuguesa deverá crescer em média 3,3% entre 1999 e 2002.

E pois de crer que, a curto e médio prazo, consiga superar alguns desequilíbrios estruturais que ainda persistem, seja ao nível da estrutura produtiva, seja ao nível do *marketing* das exportações, seja ainda ao nível de alguns desajustamentos sectoriais do emprego.

A actividade financeira, particularmente importante para os sectores de seguros e de gestão de fundos de pensões, foi marcada pela sistemática descida das taxas de juro, no quadro dos já referidos critérios de convergência, apesar de um ligeiro agravamento da inflação — 2,8% — atribuído a razões conjunturais.

No que respeita ao segmento obrigacionista, assistiu-se, por um lado ao aumento dos volumes transaccionados e, por outro, à redução das *yields* e dos *spreads* em relação aos mercados *core*.

Nos mercados de dívida pública verificou-se um decréscimo do volume transaccionado no mercado oficial, em contrapartida do crescimento do MEOG (mercado especial de operações por grosso), tendo no seu conjunto crescido 58%. Por outro lado, o Tesouro procedeu ao lançamento da maturidade de 15 anos (OT Set. 98/2013 — 5,45%), alongando a *yield curve*.

No segmento da dívida privada verificou-se também um acréscimo das transacções, tanto no mercado de cotações oficiais como no segundo mercado, que no seu conjunto negociaram mais 68% do que em 1997.

No que respeita ao segmento accionista, o ano de 1998 ficou marcado por forte volatilidade, provocada pela crise financeira que deflagrou na Rússia em Agosto, a qual anulou um ganho de cerca de 50% até aí registado. Posteriormente verificou-se uma recuperação até ao final do ano, com os principais índices a ganharem, entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro, 24,9% (PSI 20) e 26,8% (BVL 30).

Por outro lado, o mercado secundário caracterizou-se pelo aprofundamento da liquidez, pelo forte crescimento do volume de transacções e pela referida volatilidade. Assim, o volume de transacções médio diário cresceu 134,8%, passando de 14,9 milhões de contos em 1997 para 34,7 milhões de contos em 1998. Durante o ano tiveram lugar várias operações de dispersão de capital, tendo sido a 3.ª fase de privatização da EDP, a 3.ª fase da Cimpor, a 2.ª fase da Brisa e a OPV do BPA as mais representativas, contribuindo para o aumento da capitalização bolsista em 50,1%, a qual passou de 7162 milhões de contos para 10 748 milhões de contos.

A actividade seguradora

O mercado segurador português continua em crescimento acelerado e está ainda longe da saturação.

Segundo os dados provisórios do ISP, o mercado cresceu 17,46% em 1998, tendo sido de 30,03% o crescimento vida e de 6,28% o crescimento não vida. Maior teria sido o crescimento dos prémios se o aumento continuado da procura não tivesse sido acompanhado de forte concorrência em matéria de preços.

Este aumento da procura é especialmente notório no mercado de particulares, devido ao crescimento do parque automóvel e do parque habitacional e à apetência pelos produtos vida e saúde.

Segundo a APS, de 1997 a 1998 o *ratio* prémios/PIB passou de 5,45% para 5,92% (e o PIB cresceu, como vimos, acima de 4%), e os prémios por habitante passaram de 103 para 120 contos, traduzindo um crescimento de 16,59%, enquanto a inflação se cifrou em 2,8%.

E especialmente importante destacar que, em 1998, e pela primeira vez, o volume de prémios vida foi superior ao dos prémios não vida, o que corresponde a uma mudança estrutural do mercado.

O comportamento das várias companhias face ao crescimento global do mercado foi, contudo, muito assimétrico.

A liderança do mercado, designadamente na área vida, pertence claramente aos grandes grupos económicos portugueses com ligação bancária.

Representam 65,31% do mercado total e 74,53% do mercado vida.

Por seu turno, cresceram 22,8% em 1998, mais uma vez com particular destaque para o crescimento de 38,6% em vida, impulsionado, em grande parte, pelos produtos financeiros.

Para além do que fica dito, em 1998 continuou o desenvolvimento de novas formas de distribuição, a diversificação dos produtos em função do binómio canal/cliente e a intensificação das redes de assistência e serviço.

Quanto à sinistralidade são ainda escassas as informações disponíveis a nível global mas é de crer que se manteve estável em relação a 1997.

A Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A., em 1998

A SPS prosseguiu, em 1998, o seu projecto estratégico de desenvolvimento.

Em 1998 os prémios emitidos atingiram 15 393 301 contos, o que representa um acréscimo de 10,5% em relação ao ano anterior.

Os prémios não vida cresceram 4,3% apesar da forte concorrência que caracterizou o mercado português.

Os prémios vida cresceram 37,2%, mais de sete pontos percentuais acima do crescimento do mercado, o que merece particular destaque porquanto esta área de negócio é, no nosso país, dominada pelos grandes grupos financeiros com canais bancários privatizados.

Foi mantida a grande prudência dos critérios de provisionamento, superiores à média do mercado, os quais são a melhor garantia dos nossos clientes e terceiros e também da solidez financeira da empresa.

Tal prudência de provisionamento é evidenciada, nomeadamente, nas certificações actuariais e nas notas do anexo às contas.

As provisões técnicas representam, no fim do exercício, 216,6% dos prémios emitidos (169,8% em não vida, 184,7% em automóvel e 247% em acidentes de trabalho).

A SPS prosseguiu a sua política de controle de custos, tendo continuado a melhorar os *ratios* custos/prémios, quer na rubrica custos de aquisição (de 18,2% para 17,1%), quer na rubrica custos administrativos (de 8,5% para 8%), quer na de custos com sinistros (de 6,6% para 6%), quer mesmo na de custos com investimentos, praticamente estável (de 3% para 2,9%).

Os activos financeiros, que, em 31 de Dezembro de 1998, atingiam 36 653 803 contos, representam cerca de 110% das provisões técnicas e, apesar do abaixamento das taxas de juro e da volatilidade da bolsa no que respeita ao segmento accionista, conseguiu-se um resultado financeiro de 8,9% daqueles activos.

Continuámos a assegurar a qualidade dos serviços aos nossos clientes no que respeita tanto à celeridade de regularização de sinistros, como à participação nos resultados vida, que continuou a ser uma das mais elevadas do mercado.

Continuámos a apostar nas novas tecnologias, bem como na eficiência dos sistemas de informação e dos procedimentos.

O efectivo do pessoal reduziu-se em 4,6%, sendo, em 31 de Dezembro, de 355 empregados. As responsabilidades com planos de pensões estão avaliadas segundo critério mais prudente que o imposto pela autoridade de supervisão e estão integralmente cobertas.

No quadro da política de concentração no *core business*, a SPS vendeu em 1998 as suas participações na Albatroz — Actividades Hoteleiras, S. A., e na Planasa — Sociedade Imobiliária, S. A., reduzindo assim o seu perímetro de consolidação.

O ano de 1998 foi ainda marcado pelos estudos e trabalhos preparatórios da concentração da SPS e da Portugal Previdente, adiante

referida com mais pormenor, no quadro das alterações registadas na estrutura accionista: levantamento de processos e estruturas, avaliação de recursos, acções conducentes à realização de sinergias, etc.

Ao terminar o exercício, a SPS colhe os frutos da política desenvolvida ao longo do último decénio.

No início desse período a SPS fez um grande esforço de saneamento de carteira, redefiniu as políticas de subscrição e tarificação e procedeu a um importante reforço do provisionamento técnico.

Isto permitiu-lhe atingir os padrões técnicos e financeiros de alto nível que hoje a caracterizam.

A SPS desenvolveu simultaneamente uma dinâmica de crescimento, com particular destaque para os negócios Vida, com resultados bem evidentes neste ano de 1998 com o já referido crescimento de 37%, bem superior à média do mercado, incluindo as seguradoras com canal bancário privativo.

Introduziu, ao longo destes anos, uma cultura de serviço ao cliente e estão em curso importantes projectos de segmentação do mercado e de adequação da gama de produtos a cada segmento específico.

Inseriu-se na mesma orientação a introdução de coberturas e serviços complementares, constituindo um significativo valor acrescentado em relação aos clientes.

A excelência informática foi assumida como objectivo prioritário, com a adopção de novas tecnologias e a introdução de novas ferramentas, assim como com uma preocupação constante e bem sucedida de assegurar a fiabilidade, a flexibilidade e a acessibilidade dos sistemas.

A empresa desenvolveu um modelo prospectivo e participado de gestão, uma cultura propiciadora da criatividade e um bom clima social, a par de um esforço constante de valorização e actualização dos seus recursos humanos, através, por um lado, do recrutamento e selecção de quadros de elevada qualificação e, pelo outro, de uma acção sistemática de formação e diálogo.

A estrutura e organização da SPS e o seu modelo de desenvolvimento perspectivam assim uma rentabilidade e um crescimento sustentados.

A SPS poderá pois dar um importante contributo para a prossecução dos grandes objectivos estratégicos do grupo e da Allianz Portugal.

Modificação da estrutura accionista

A actividade da SPS em 1998 foi fortemente marcada pelas alterações verificadas na sua estrutura accionista.

Já no relatório de gestão do exercício transacto ficou referido que, no final de 1997, o Grupo AGF (Assurance Générales de France) readquiriu o controle accionista da SPS através de uma OPA amigável sobre o capital da Athena Assurances, por sua vez accionista maioritária da PFA Tiard.

Por seu turno, em 8 de Maio de 1998, as autoridades competentes da União Europeia aprovaram a aquisição de 51%, do capital das Assurances Générales de France feita, também em OPA amigável, pela Allianz Aktiengesellschaft.

No âmbito da reestruturação das actividades na Europa deste grande grupo segurador de origem alemã, que já controlava em Portugal 60% do capital da Portugal Previdente, desenvolveu-se, ao longo de 1998, um vasto plano para a concentração desta última seguradora e da Sociedade Portuguesa de Seguros, projecto que, segundo o previsto e após serem obtidas as necessárias autorizações, se concretizará a breve prazo, dando origem a uma nova sociedade que adoptará a designação de Companhia de Seguros Allianz Portugal, S. A.

Alterações na composição do conselho de administração

No seguimento da OPA do Grupo AGF sobre a Athena e da OPA da Allianz sobre o Grupo AGF, verificaram-se ao longo de 1998 várias modificações na composição do conselho de administração da SPS.

Em 9 de Março, Guilhem Ducouret renunciou ao seu mandato, tendo o conselho cooptado, em sua substituição, Yves de Gaulle.

O Yves de Gaulle, por sua vez, renunciou ao mandato em 31 de Julho. O presidente do conselho de administração, Jean-Philippe Thierry, renunciou ao mandato em 11 de Agosto.

O conselho de administração, em reunião daquele mesmo dia, cooptou Louis de Monferrand, que substituiu Jean-Philippe Thierry e foi designado presidente do conselho, e Hughes de Roquette-Buisson, em substituição de Yves de Gaulle.

Em 23 de Outubro de 1998, faleceu inesperadamente o Dr. Leonardo Ferraz de Carvalho, administrador, membro do conselho executivo e responsável pela área vida, saúde e acidentes pessoais da SPS.

Figura pública nacional da maior estatura e sobejamente conhecida, seria despropositado referir aqui a sua notável biografia.

O conselho de administração curva-se perante a memória do amigo e faz-se eco do pesar da SPS, a todos os níveis da sua estrutura.

Já depois de encerrado o exercício, Jean-François Lemoux renunciou também ao seu mandato, tendo o conselho de administração cooptado para o substituir o Dr. Pedro Rogério de Azevedo Seixas Vale, e, na mesma ocasião, cooptou também, para substituir o Dr. Leonardo Ferraz de Carvalho, Klaus Duhrkop.

Também já em 1999, foi convocada, para se realizar no dia 16 de Março de 1999, uma assembleia geral extraordinária que deverá decidir da perda da qualidade de sociedade de subscrição pública da Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A.

Resultado do exercício

O exercício de 1998 apresenta um lucro de 691 609 406\$10 que, acrescido aos resultados transitados de anos anteriores, se traduz num resultado acumulado de 1 158 590 838\$50.

A Unipensão — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A., em 1998

Já no relatório do exercício anterior, apontámos as transformações nas relações de trabalho e a crescente concorrência internacional como factores de saturação do modelo de fundos de pensões tradicional em Portugal.

Continuamos a acreditar no desenvolvimento de novos modelos mas não foram ainda criadas as desejáveis condições propiciadoras, seja no que respeita à vertente fiscal, seja no que se refere à repetidamente anunciada e protelada reforma do sistema de segurança social.

Em 31 de Dezembro de 1998 o valor dos oito fundos geridos pela Unipensão cifravam-se em 2 265 827 contos.

Quanto as contas da sociedade, as receitas de serviços prestados subiram quase 49% em relação ao exercício anterior, cifrando-se em 22 153 contos.

Em consequência deste acréscimo, os custos operacionais também subiram, mas a ritmo bastante inferior: 13,38%.

Assim, o prejuízo nos resultados operacionais baixou de 11 799 para 8114 contos. Os resultados financeiros, que sofreram naturalmente o impacto da queda nas taxas de juro, atingiram 11 199 contos.

Os resultados correntes passaram de 2710 para 3085 contos e o resultado do exercício antes de impostos de 3 087 358\$90 para 3 896 334\$90.

O exercício de 1998 é assim o nono consecutivo com resultados positivos e o sétimo em relação ao qual o conselho de administração propõe a distribuição de dividendos.

Em 1999 a Unipensão continuará a privilegiar a qualidade dos serviços e o controle de custos e estará atenta a todas as oportunidades de mercado que possam surgir.

Resultado do exercício

O resultado do exercício, líquido de impostos, atingiu o valor de 2 306 799\$90.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 1999. — O Conselho de Administração: *Louis de Montferrand*, presidente — *Maria do Carmo Portela de Herédia Vieira da Fonseca*, administradora-delegada — *António Augusto Serra Lopes* — *José António de Carvalho Martins* — *Jean-François Lemoux* — *Anne-Dominique Legrand* — *Luís António Gomes Moreno* — *Hugues de Roquette-Buisson*.

Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 1998

ACTIVO

	Ano			Ano anterior
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
				(Em contos)
Imobilizações incorpóreas	68 115	60 053	8 062	30 734
Diferenças de consolidação	—	—	—	—
Diferenças de avaliação — equivalência patrimonial	36 075	36 075	—	24 049
Outras imobilizações incorpóreas	32 040	23 978	3 062	6 685
Investimentos:				
Terrenos e edifícios	5 035 509	—	5 035 509	7 189 469
De serviço próprio	2 245 262	—	2 245 262	2 179 439
De rendimento	2 785 236	—	2 785 236	4 721 359
Imobilizações em curso e adiantamentos por conta	5 011	—	5 011	288 671
Investimentos em empresas do grupo não incluídas na consolidação e associadas	—	—	—	178 365
Partes de capital em empresas do grupo não incluídas na consolidação	—	—	—	—
Obrigações e outros empréstimos a empresas do grupo não incluídas na consolidação	—	—	—	—
Partes de capital em empresas associadas	—	—	—	178 365
Obrigações e outros empréstimos a empresas associadas	—	—	—	—
Outros investimentos financeiros	31 648 282	—	31 648 282	28 150 785
Acções, outros títulos de rendimento variável e unidades de participação em fundos de investimento	3 697 944	—	3 697 944	3 307 841
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	27 541 801	—	27 541 801	24 208 283
Empréstimos hipotecários	258 032	—	258 032	285 003
Outros empréstimos	505	—	505	658
Depósitos em instituições de crédito	150 000	—	150 000	349 000
Outros	—	—	—	—
Depósitos junto de empresas cedentes	142	—	142	85
Investimentos relativos a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	—	—	—	—

(Em contos)

	Ano			Ano anterior
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Provisões técnicas de resseguro cedido	1 026 041	—	1 026 041	840 173
Provisão para prémios não adquiridos	134 105	—	134 105	127 375
Provisão matemática do ramo vida	51 207	—	51 207	50 687
Provisão para sinistros	840 729	—	840 729	662 111
Provisão para participação nos resultados	—	—	—	—
Outras provisões técnicas	—	—	—	—
Provisões técnicas relativas a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	—	—	—	—
Devedores	4 544 310	483 710	4 060 600	2 917 580
Por operações de seguro directo:				
Empresas do grupo não incluídas na consolidação	—	—	—	—
Empresas associadas	—	—	—	—
Empresas participadas e participantes	—	—	—	305
Outros devedores	2 419 787	232 419	2 187 368	2 040 561
Por operações de resseguro				
Empresas do grupo não incluídas na consolidação	86 012	—	86 012	22 834
Empresas associadas	—	—	—	—
Empresas participadas e participantes	—	—	—	—
Outros devedores	86 310	—	36 810	114 588
Por outras operações:				
Empresas do grupo não incluídas na consolidação	132 719	—	132 719	103 113
Empresas associadas	—	—	—	—
Empresas participadas e participantes	—	—	—	—
Outros devedores	1 818 982	251 291	1 567 691	636 179
Subscritores de capital	—	—	—	—
Outros elementos do activo	2 025 310	589 393	1 435 917	892 682
Imobilizações corpóreas e existências	1 158 707	589 393	569 314	579 182
Depósitos bancários e caixa	866 603	—	866 603	313 500
Outros	—	—	—	—
Acréscimos e diferimentos	653 871	653 871	599 440	—
Juros a receber	641 644	—	641 644	584 306
Outros acréscimos e diferimentos	12 227	—	12 227	15 134
<i>Totais</i>	45 001 580	1 133 156	43 444 424	40 799 313

PASSIVO

	Ano		Ano anterior
Capital próprio	7 183 010		7 201 928
Capital	3 000 000		3 000 000
Acções próprias — valor nominal	—		—
Acções próprias — descontos e prémios	—		—
Prémios de emissão	1 125 000		1 125 000
Reservas de reavaliação			
Reavaliação regulamentar	1 690 055		2 005 530
Reavaliação legal	—		—
Reservas:			
Reserva legal	212 368		170 588
Reserva estatutária	—		—
Outras reservas	—		—
Resultados transitados	503 499		107 463
Resultado do exercício	650 140		507 183
Diferenças de consolidação	1 948		286 164
Diferenças de avaliação — equivalência patrimonial	—		—
Interesses minoritários	38 796		704 430
Passivos subordinados	—		—

	(Em contos)	
	Ano	Ano anterior
Fundo para dotações futuras	187 708	152 806
Provisões técnicas	33 338 016	28 959 158
Provisão para prémios não adquiridos	3 370 735	3 167 380
Provisão matemática do ramo vida	12 569 212	10 025 328
Provisão para sinistros:		
De vida	234 155	132 268
De acidentes de trabalho	5 735 527	5 272 723
De outros ramos	10 197 623	9 306 229
Provisão para participação nos resultados	465 237	499 756
Provisão para desvios de sinistralidade	38 415	39 713
Outras provisões técnicas	727 112	515 761
Provisão téc. relativas a seguros de vida em que o risco de investim. é suportado pelo tomador de seguro	—	—
Provisões para outros riscos e encargos	692 120	1 040 064
Provisões para pensões	645 791	811 934
Provisões para impostos	25 596	37 512
Outras provisões	20 733	190 618
Depósitos recebidos de resseguradores	665 651	466 047
Credores	1 481 626	1 972 451
Por operações de seguro directo:		
Empresas do grupo, não incluídas na consolidação	—	—
Empresas associadas	—	—
Empresas participadas e participantes	—	—
Outros devedores	528 417	571 835
Por operações de resseguro:		
Empresas do grupo, não incluídas na consolidação	131 081	103 168
Empresas associadas	—	—
Empresas participadas e participantes	—	—
Outros devedores	126 957	148 651
Empréstimos bancários:		
Empresas do grupo, não incluídas na consolidação	—	—
Empresas associadas	—	—
Empresas participadas e participantes	—	—
Outros devedores	—	—
Estado e outros entes públicos	563 381	576 788
Credores diversos:		
Empresas do grupo, não incluídas na consolidação	1 085	417
Empresas participadas e participantes	—	—
Outros credores	130 705	571 592
Acréscimos e diferimentos	281 497	302 429
<i>Totais</i>	43 866 424	40 799 313

O Conselho de Administração: *Louis de Montferrand*, presidente — *Maria do Carmo Portela de Herédia Vieira da Fonseca*, administradora-delegada — *António Augusto Serra Lopes* — *José António de Carvalho Martins* — *Jean-François Lemoux* — *Anne-Dominique Legrand* — *Luís António Gomes Moreno* — *Hugues de Roquette-Buisson*. — O Técnico de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Conta de ganhos e perdas em 31 de Dezembro de 1998

	Ano		Ano anterior	(Em contos)
Conta técnica do seguro não vida:				
Prémios adquiridos líquidos de resseguro:				
Prémios brutos emitidos	11 823 842		11 332 273	
Prémios de resseguro cedido	(1 300 894)	(10 522 948)	(1 145 482)	10 186 791
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(222 217)		(92 175)	
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	6 730	(215 487)	5 709	(86 466)
Proveitos dos investimentos:				10 100 325
Rendimentos de partes de capital:				
Relativos a empresas do grupo, não incluídas na consolidação	—		—	
Relativos a empresas associadas	—		—	
Outros	—		—	
Rendimentos de outros investimentos:				
Relativos a empresas do grupo, não incluídas na consolidação	—		—	
Relativos a empresas associadas	—		—	
Outros	—		—	
Ganhos realizados em investimentos	1 066 979	1 066 979	1 239 235	1 239 285
Mais-valias não realizadas de investimentos				590 099
Outros proveitos técnicos, líquidos de resseguro		1 012 125		1 829 384
Proveitos técnicos				676 109
Custos com sinistros, líquidos de resseguro:				40 177
Montantes pagos:				12 645 995
Montantes brutos	8 112 397		7 591 969	
Parte dos resseguradores	(730 121)	7 382 276	(639 224)	6 952 745
Provisão para sinistros (variação):				
Montante bruto	1 354 981		955 404	
Parte dos resseguradores	(135 470)	1 219 511	119 763	1 075 367
Outras provisões téc., líquidas de resseguro (variação)				8 028 112
Participação nos resultados, líquida de resseguro				200 335
				—

	(Em contos)	
	Ano	Ano anterior
Custos de exploração líquidos:		
Custos da aquisição	2 091 893	2 098 739
Custos de aquisição diferidos (variação)	(18 863)	(2 406)
Custos administrativos	1 033 909	1 164 825
Comissões e particip. nos resultados de resseguro	(349 477)	(345 147)
	<u>2 757 462</u>	<u>2 916 011</u>
Custos com investimentos:		
Custos de gestão dos investimentos	272 569	248 713
Perdas realizadas em investimentos	324 876	31 806
	<u>597 445</u>	<u>280 519</u>
Menos-valias não realizadas de investimentos	37 207	9 603
Outros custos técnicos, líquidos de resseguro	10 263	1 028
Provisão para desvios de sinistralidade (variação)	(1 297)	6 648
	<u>12 225 766</u>	<u>11 442 806</u>
Resultado da conta técnica do seguro não vida	371 166	1 203 189
Conta técnica do seguro de vida:		
Prémios líquidos do resseguro:		
Prémios brutos emitidos	3 569 459	2 601 725
Prémios de resseguro cedido	(287 009)	(214 453)
	<u>3 282 450</u>	<u>2 387 272</u>
Proveitos dos investimentos:		
Rendimentos de partes de capital:		
Relativos a empresas do grupo, não incluídas na consolidação	—	—
Relativos a empresas associadas	—	—
Outros	—	—
Rendimentos de outros investimentos:		
Relativos a empresas do grupo, não incluídas na consolidação	—	—
Relativos a empresas associadas	—	—
Outros	574 018	675 796
	<u>499 245</u>	<u>212 602</u>
Ganhos realizados em investimentos	1 073 263	888 398
Mais-valias não realizadas de investimentos	58 895	104 649
Outros proveitos técnicos, líquidos de resseguro	25 175	24 858
	<u>4 439 783</u>	<u>3 405 177</u>
Custos com sinistros, líquidos de resseguro:		
Montantes pagos:		
Montantes brutos	1 034 413	1 093 239
Parte dos resseguradores	(71 693)	(127 738)
	<u>962 720</u>	<u>965 501</u>

	(Em contos)	
	Ano	Ano anterior
Provisão para sinistros (variação):		
Montantes brutos	101 887	(43 839)
Parte dos resseguradores	(43 149)	37 196
	58 738	(6 643)
958 358		
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação):		
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro:		
Montante bruto	2 159 391	1 354 566
Parte dos resseguradores	(519)	6 365
	2 158 872	(1 360 931)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	—	—
Participação nos resultados, líquida de resseguro	2 158 872	—
	371 438	406 416
Custos de exploração líquidos:		
Custos de aquisição	543 849	436 387
Custos de aquisição diferidos (variação)	16 662	21 100
Custos administrativos	214 879	186 774
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(118 418)	(62 862)
	656 972	581 399
Custos com investimentos:		
Custos de gestão dos investimentos	154 286	135 094
Perdas realizadas em investimentos	163 413	33 626
	317 699	168 720
Menos-valias não realizadas da investimentos	25 686	5 714
Outros custos técnicos, líquidos de resseguro	14	15
Dotação ou utilização do fundo para dotações futuras	34 902	98 935
	4 587 241	3 580 988
Custos técnicos	(147 458)	(175 811)
Resultado da conta técnica do seguro de vida	371 166	1 203 189
Conta não técnica:	(147 458)	(175 811)
Resultado da conta técnica do seguro não vida	223 708	1 027 378
Resultado da conta técnica do seguro de vida		
Proveitos dos investimentos:		
Rendimentos de partes de capital:		
Relativos a empresas do grupo, não incluídas na consolidação	—	—
Relativos a empresas associadas	—	—
Outros	—	—

(Em contos)	Ano	Ano anterior
Rendimentos de outros investimentos:		
Relativos a empresas do grupo, não incluídas na consolidação	—	—
Relativos a empresas associadas	—	—
Outros	163 461	305 898
	<u>163 461</u>	<u>305 898</u>
Ganhos realizados em investimentos	99 399	3 726
Mais-valias não realizadas de investimentos		
Outros proveitos	35 122	24 435
	<u>5 474</u>	<u>11 236</u>
Proveitos não técnicos	303 456	345 295
Custos com investimentos:		
Custos de gestão de investimentos	14 749	52 794
Perdas realizadas em investimentos	8 300	—
	<u>14 749</u>	<u>52 794</u>
Menos-valias não realizadas de investimentos	12 985	31 013
Outros custos, incluindo provisões	17 155	445 608
	<u>17 155</u>	<u>445 608</u>
Custos não técnicos	53 189	529 415
Resultado da actividade corrente	473 975	843 258
Proveitos e ganhos extraordinários	242 362	287 222
Custos e perdas extraordinários	239 240	84 513
	<u>242 362</u>	<u>287 222</u>
Resultado extraordinário	3 122	202 709
Dotação ou utilização da reserva de reavaliação regulamentar	1 146 366	(659 929)
Recuperação de mais e menos-valias realizadas de investimentos	325 409	157 688
Resultado antes de impostos	656 140	543 726
Imposto sobre o rendimento do exercício	5 571	17 405
Resultados em empresas associadas e do grupo, não incluídas na consolidação	—	17 185
Interesses minoritários	(429)	(36 323)
	<u>(429)</u>	<u>(36 323)</u>
Resultado líquido do exercício	650 140	507 183

O Conselho de Administração: *Louis de Montferrand*, presidente — *Maria do Carmo Portela de Herédia Vieira da Fonseca*, administradora-delegada — *António Augusto Serra Lopes* — *José António de Carvalho Martins* — *Jean-François Lemoux* — *Anne-Dominique Legrand* — *Luis António Gomes Moreno* — *Hugues de Roquette-Buisson*. — O Técnico de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Anexo ao balanço e à conta de ganhos e perdas (contas consolidadas)

Introdução:

A Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A., foi constituída em 2 de Maio de 1900 e tem por objecto o exercício da actividade de seguros e resseguros dos ramos vida e não vida.

No final do ano de 1997, a AGF Assurances adquiriu a maioria das acções da Athena que, por sua vez detém a maioria do capital da PFA TIARD, accionista maioritária da SPS desde 1995. No início de 1998 o governo francês autorizou uma OPA amigável do grupo segurador Allianz sobre a AGF Assurances, operação que foi bem sucedida. Na sequência desta operação, aprovada pelas autoridades da União Europeia em Maio de 1998, o Grupo Allianz passou a deter maioritariamente em Portugal as companhias de seguros Portugal Previdente, S. A., e Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A. No corrente ano de 1999 estas duas companhias concentrar-se-ão numa única, dando origem à Allianz Portugal, S. A.

Em 28 de Outubro e 31 de Dezembro de 1998, a SPS alienou as participações financeiras que detinha nas sociedades Albatroz — Actividades Hoteleiras, S. A., e Planasa — Soc. Imobiliária, S. A., respectivamente, pelo que estas sociedades deixam de fazer parte do perímetro de consolidação no ano de 1998.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com a Norma n.º 31/95-R, emitida pelo Instituto de Seguros de Portugal. As notas que se seguem respeitam a ordem definida naquela norma, sendo de referir que os números não incluídos neste anexo não têm aplicação, por irrelevância dos valores ou por inexistência de situações a reportar.

Os valores são expressos, salvo informação em contrário, em milhares de escudos.

I — Informações relativas às empresas incluídas na consolidação e a outras empresas:

Perímetro de consolidação:

Foram incluídas, no âmbito do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 147/94, de 25 de Maio, as seguintes empresas:

Empresa	Porcentagem de controlo efectivo	Definição	Método de consolidação
Sociedade Portuguesa de Seguros	n/a	Empresa-mãe	Integral
Unipensão — SGFP	81 395	Empresa do grupo	Integral

I — Empresas do grupo incluídas na consolidação:

a) Firma e sede:

Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A., Avenida da Liberdade, 259, 1250-143 Lisboa.

Unipensão — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A., Rua Duque de Palmela, 30, 2.º-F, 1250-098 Lisboa.

b) Proporção do capital detido (excluindo a empresa-mãe):

Empresa	Total do activo	Total dos capitais próprios	Resultado do exercício	Participação directa (porcentagem)	Participação efectiva (porcentagem)
Unipensão	221 810	208 524	2 307	81 395	81 395

Nota. — Os valores reportam-se a 31 de Dezembro de 1998, antes de ajustamentos de consolidação.

5 — Participações não inferiores a 10%, não incluídas na consolidação:

a) Firma e sede:

Fundimo — Sociedade Gestora de Fundo de Investimento Imobiliário, S. A., Edifício Caixa Geral de Depósitos, Avenida João XXI, 63, 2.º, 1000-300 Lisboa.

b) Proporção do capital detido:

Empresa	Porcentagem de participação	Capitais próprios	Resultado do exercício	Ano
Fundimo	10	634 931	95 315	1998

6 — Número médio de trabalhadores:

O número médio de pessoas ao serviço da Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A., e Unipensão — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A., foi de 364, repartido pelas seguintes categorias profissionais:

Direcção executiva: 5.
Outros quadros superiores e médios: 47.
Quadros médios: 107.
Profissionais altamente qualificados: 52.
Profissionais qualificados: 135.
Profissionais semiqualeificados: 14.
Estagiários para profissionais qualificados: 5.
Estagiários para profissionais semiqualeificados: 0

Notas:

A ventilação por categorias foi feita segundo a estrutura de classificação de funções constante dos instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho, nos termos do despacho de 5 de Março de 1990 do Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Emprego e da Segurança Social (*Bol. Trab. Emp.*, 1.ª série, n.º 11, de 22 de Março de 1990).

O número médio de trabalhadores em serviço foi apurado em consonância com as instruções aplicáveis ao balanço social (número médio de pessoas ao serviço) com a seguinte adaptação: os trabalhadores em regime de tempo parcial foram considerados na proporção do seu período de trabalho em relação ao período normal de trabalho do sector de seguros.

Crítério de arredondamento para a unidade mais próxima: 0,5 arredondado para a unidade superior.

A diferença entre o número total e a soma das parcelas em perímetro consolidado resulta dos arredondamentos.

II — Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada:

Comparabilidade da informação:

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas, de acordo com o Decreto-Lei n.º 174/94, de 25 de Maio, e Norma n.º 31/95-R, de 28 de Dezembro, do ISP, que veio alargar às empresas que utilizam o plano de contas dos seguros a obrigatoriedade de apresentar as demonstrações financeiras consolidadas. Em 1998 a comparabilidade com os valores do exercício transacto, foi afectada pela alteração do perímetro de consolidação provocada pela alienação das participações financeiras das sociedades Albatroz — Actividades Hoteleiras, S. A., e da Planasa — Sociedade Imobiliária, S. A.

Os movimentos contabilísticos transitados, correspondentes às sociedades atrás referidas, foram anulados, tendo sido reposta a situação contabilística existente, antes da entrada dessas sociedades para o perímetro de consolidação.

III — Informações relativas aos procedimentos de consolidação:

Bases de apresentação:

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas do grupo. As contas individuais das empresas do grupo, à excepção da empresa-mãe, foram reclassificadas e ajustadas, por forma a garantir a uniformidade na apresentação e na aplicação de certos princípios contabilísticos consagrados no Plano de Contas para as Empresas de Seguros.

As demonstrações financeiras individuais da Sociedade Portuguesa de Seguros estão pendentes de aprovação pelos correspondentes órgãos sociais.

Princípios de consolidação:

A consolidação das empresas do grupo nas quais a SPS detém, directa ou indirectamente, uma participação superior a 50% foi efectuada pelo método de consolidação integral. Os saldos e as transacções significativas entre a empresa objecto de consolidação foram eliminadas na consolidação. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas do grupo é apresentado na rubrica de interesses minoritários.

Lucro consolidado:

O lucro consolidado apurado, relativo ao exercício de 1998, no montante de 650 140 contos, teve a seguinte formação:

Descrição	Valor
Resultado da Sociedade Portuguesa de Seguros	691 609
Resultado da Unipensão	2 307
Anulação de dividendos	(43 347)
Interesses minoritários	(429)
Lucro consolidado	650 140

9 — Discriminação das rubricas de diferenças de consolidação e diferenças de avaliação — equivalência patrimonial:

A diferença de consolidação apurada em referência a 1 de Janeiro de 1994, de acordo com a norma ISP n.º 31/95-R, de 28 de Dezembro, é a seguinte:

Empresa	Porcentagem de participação	Capitais próprios em 1994 (a)	Valor contab. particip.	Valor de balanço	Difer. de cons./aval.
Grupo:					
Unipensão	81 395	212 300	172 802	170 854	(1 948)

(a) Capitais próprios ajustados de acordo com os princípios contabilísticos consagrados no Plano de Contas para as Empresas de Seguros.

As diferenças de consolidação são resultantes da diferença entre o valor patrimonial das participações (valor proporcional que lhe corresponde nos capitais próprios da respectiva empresa) e o valor pelo qual se encontravam registadas contabilisticamente (valor de balanço) à data em que foram incluídas na consolidação, ou seja em 1995.

12 — Informações que tomem comparáveis os sucessivos conjuntos de demonstrações financeiras no caso de se alterar significativamente, no decurso do exercício, a composição do conjunto das empresas incluídas na consolidação.

Foram alienadas durante o exercício de 1998, as participações financeiras que a Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A., detinha nas sociedades Albatroz — Actividades Hoteleiras, S. A. e Planasa — Soc. Imobiliária, S. A.

A SPS, S. A., detinha sobre a sociedade Albatroz — Actividades Hoteleiras, S. A., uma percentagem de controlo de 20 178, sendo a sociedade definida como associada e o método de consolidação o da equivalência patrimonial. Relativamente à Planasa — Soc. Imobiliária, S. A., a SPS detinha uma percentagem de 72,71665 e a sociedade era definida como empresa do grupo, utilizando-se o método de consolidação integral.

As duas sociedades atrás referidas deixaram de fazer parte do perímetro de consolidação, no exercício de 1998, tendo os registos contabilísticos transitados consolidados sido totalmente anulados.

13 — Derrogações de critérios de valorimetria estabelecidos para a consolidação:

Empresas do grupo:

Nas contas individuais da Unipensão encontram-se registados títulos de crédito no montante de 204 283 contos, que estão valorizados ao valor de aquisição, de acordo com o critério definido no Plano Oficial de Contas. A empresa-mãe valoriza os títulos de crédito de rendimento fixo ao valor de aquisição ajustado de forma escalonada e de modo uniforme, com base no respectivo valor de reembolso. A alteração do critério utilizado pela Unipensão para o critério seguido pela empresa-mãe implicaria uma alteração de valor dos referidos títulos sem efeitos materialmente relevantes. Deste modo, e segundo o ponto 9.2, da norma ISP n.º 31/95-R, não se procedeu à sua revalorização.

IV — Informações relativas a responsabilidades:

17 — Valor global dos compromissos financeiros que não figuram no balanço:

A companhia é responsável pelos planos de pensões estabelecidos, por um lado, no capítulo v do Contrato Colectivo de Trabalho para

a actividade seguradora, publicado no Bol. Trab. Emp., 1.ª série, n.º 23, de 22 de Junho de 1995 e, por outro, em contratos individuais de trabalho em vigor.

O valor actuarial dos compromissos com planos de pensões do pessoal da SPS, apurado nos termos da norma n.º 26/95-R, de 14/12, do ISP e com uma taxa técnica de rendas de 5% (*spread* de 3 p. p.) era, em 31 de Dezembro de 1998, de 1 805 487 contos, com a seguinte distribuição:

Pensões vitalícias (velhice e invalidez em curso): 729 123 contos;
Pensões vitalícias diferidas: 89 930 contos;
Prestações temporárias dos pré-reformados: 247 892 contos;
Serviços passados do pessoal no activo: 738 542 contos.

Tais compromissos estavam integralmente cobertos.
Estavam financiados 1 159 745 contos:

Activos do Fundo de Pensões Próprio da Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A.: 845 298 contos;
Activos do Fundo de Pensões SPS II: 223 272 contos;
Apólice 20000057 da Companhia de Seguros BPI Vida: 25 507 contos;
Rendas asseguradas pela apólice 47 992 SPS: 65 668 contos (avaliação feita com as mesmas bases técnicas usadas no cálculo das responsabilidades).

Estavam em provisão contabilística: 645 791 contos.

Já em Janeiro de 1999, a SPS reforçou os financiamentos efectuados em 1998 com uma contribuição de 56 278 contos para o Fundo de Pensões Próprio da Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A., que foi feito por contrapartida da provisão contabilística.

V — Informações relativas a políticas contabilísticas:

19 — Princípios contabilísticos:

a) *Geral.* — As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de harmonia com os princípios contabilísticos definidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros e normas específicas emanadas do Instituto de Seguros de Portugal. Assim, foram elaboradas segundo a convenção dos custos históricos (modificada pela adopção do princípio do valor actual relativamente aos investimentos em imóveis e títulos de rendimento variável), e na base da continuidade das operações e em conformidade com os princípios contabilísticos da prudência, especialização dos exercícios, consistência, substância sobre a forma e materialidade.

Os principais critérios valorimétricos e métodos de cálculo para as correcções de valor utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram as seguintes:

b) *Imobilizações incorpóreas.* — Estão valorizadas ao custo de aquisição líquido das amortizações efectuadas pelo método das quotas constantes e dentro dos limites das taxas legalmente fixadas, nos seguintes anos:

Despesas de investigação e desenvolvimento — três anos.
Despesas em edifícios arrendados — três anos.

c) *Imobilizações corpóreas.* — Estão valorizadas ao custo de aquisição líquido das amortizações acumuladas.

As amortizações são efectuadas pelo método das quotas constantes, a taxas calculadas de forma a que o valor dos imobilizados seja amortizado durante a sua vida útil estimada, nos seguintes anos:

	Anos
Equipamento administrativo	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Equipamento informático	3 a 8
Equipamento de transporte	4
Outras imobilizações corpóreas	4 a 10

d) *Investimentos.* — Os investimentos estão valorizados de acordo com o princípio do valor actual, à excepção dos títulos de rendimento fixo. Entende-se como valor actual, o valor de mercado apurado à data da avaliação.

Conforme referido na nota n.º 13, os títulos de crédito detidos pela Unipensão estão valorizados ao custo de aquisição.

Imóveis — os imóveis estão valorizados ao valor de mercado apurado à data das avaliações efectuadas por peritos avaliadores reconhecidos pelo ISP; os imóveis são parcialmente ocupados pela Companhia e não são amortizados.

Títulos de rendimento variável — os títulos admitidos à cotação numa bolsa oficial de valores mobiliários e que tenham efectuado

cotação nos últimos 90 dias estão valorizados de acordo com o último valor negociado.

Os restantes títulos foram valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Acções — no máximo, ao valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da respectiva empresa, de acordo com o último balanço aprovado.

Cautelas de acções de empresas com acções cotadas que tenham procedido a aumento de capital — ao valor de cotação dos títulos definitivos, devendo esse valor reflectir o aumento de capital.

Unidades de participação em fundos de investimento — ao valor patrimonial à data do balanço.

Títulos de participação — ao valor nominal.

Títulos de rendimento fixo — ao valor de aquisição ajustado de forma escalonada e de modo uniforme, com base no respectivo valor de reembolso, à excepção dos títulos de rendimento fixo detidos pela Unipensão.

O aumento ou diminuição do valor dos investimentos resultante da sua actualização para o valor de mercado é contabilizado na conta de ganhos e perdas, nas rubricas de mais e menos-valias não realizadas de investimentos. Em determinadas circunstâncias este efeito poderá ser compensado com a constituição e utilização do fundo para dotações futuras e da reserva de reavaliação regulamentar.

e) Provisão para prémios não adquiridos. — A provisão para prémios não adquiridos inclui a parte dos prémios brutos emitidos, relativamente a cada um dos contratos em vigor, a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes, apurada de acordo com o método *pro-rata temporis*.

Esta provisão destina-se a garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos deles resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguro.

A provisão constante do balanço encontra-se deduzida dos custos de aquisição imputados a exercícios seguintes, na mesma proporção da especialização dos prémios até ao limite de 20% do montante dos prémios diferidos, por cada um dos ramos.

f) Provisão matemática. — A provisão matemática do ramo Vida corresponde à diferença entre os valores actuais das responsabilidades recíprocas da Companhia e das pessoas que tenham celebrado os contratos de seguros e é calculada em conformidade com as bases técnicas para cada uma das modalidades.

De acordo com estas bases técnicas, a provisão é calculada com base nas seguintes tábuas de mortalidade: PF e PM 60/64, com a taxa de juro técnica de 6% e 4%, AF e RF de 3,25%, TV 73/77 de 4% e GKM 80 de 4%, consoante as modalidades. Nos seguros individuais mistos, vida inteira e capital diferido da carteira posterior a 1 de Janeiro de 1984 a provisão matemática é Zilmerizada, ou seja, os custos de aquisição iniciais teóricos são diferidos em função do período do contrato.

g) Provisão para sinistros. — A provisão para sinistros corresponde *i)* ao valor das responsabilidades estimadas por sinistros pendentes de liquidação; *ii)* à estimativa para as responsabilidades provenientes de sinistros ocorridos mas não declarados à data do balanço, correspondente a 1% no ramo vida, e a 4% nos restantes ramos, do custo com sinistros do exercício; *iii)* ao valor actual das pensões, homologadas, conciliadas, definidas ou meramente presumíveis a pagar no âmbito das operações de seguro de acidentes de trabalho, calculado com base na tábua de mortalidade PF 60/64, com taxa técnica de juro de 6% e encargos de gestão de 4%, e complementado prudencialmente com referência a tábuas actuariais de mortalidade e financeiras, mais exigentes, em obediência ao que está estipulado na Norma do ISP n.º 29/95-R, de 28 de Dezembro; *iiii)* ao valor estimado para encargos futuros de gestão de sinistros Não Vida pendentes, considerando 5% das provisões para sinistros pendentes de exercícios anteriores.

h) Provisão para participação nos resultados. — A provisão para participação nos resultados é dotada, anualmente, com base nas contas de resultados das modalidades que prevêem a sua constituição. O seu cálculo é efectuado de acordo com o plano de participação nos resultados de cada modalidade.

Para as apólices que beneficiam de uma participação nos resultados, conforme estabelecido nas condições gerais da apólice, é afectada uma participação no termo de cada ano civil relativamente aos contratos que se encontram em vigor. A distribuição desta participação é efectuada em 1 de Janeiro ou na data aniversária seguinte. Na nota n.º 50 é apresentado o movimento ocorrido, no exercício, relativamente a algumas modalidades.

i) Provisão para desvios de sinistralidade. — A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face à sinistralidade excepcionalmente elevada, nos ramos de seguro em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações. De acordo com as normas do Instituto de Seguros de Portugal, esta provisão foi constituída para os seguros de caução, riscos de fenómenos sísmicos e resseguro aceite-risco atómico.

j) Provisão para riscos em curso. — A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor de seguros não vida. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de despesas e de cedência apurados no exercício.

l) Provisões técnicas de resseguro cedido. — A provisão para prémios não adquiridos, a provisão matemática e a provisão para sinistros, de resseguro cedido, correspondem à quota parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia, e são calculadas de acordo com os contratos em vigor, no que se refere às percentagens de cedência e a outras cláusulas existentes, e de acordo com as percentagens de especialização do seguro directo.

m) Provisão para recibos por cobrar. — A provisão para recibos por cobrar destina-se a reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor provável de realização e é calculada mediante a aplicação de uma percentagem média (correspondente à receita líquida da Companhia) aos recibos por cobrar, na seguinte situação:

Ramo Vida — recibos por cobrar com uma antiguidade superior a três meses;

Ramos Não Vida — recibos cujos contratos se encontrem anulados por falta de pagamento; recibos que se encontram em cobrança coerciva.

n) Provisão para créditos de cobrança duvidosa. — A provisão para créditos de cobrança duvidosa destina-se a reduzir o montante dos saldos a receber, resultantes de operações de seguro directo, de resseguro ou outras, à excepção dos recibos por cobrar, ao seu valor provável de realização. Os saldos incluídos estão provisionados a 100%.

o) Responsabilidade com pensões de reforma e pré-reforma. — V. nota n.º 17.

p) Impostos sobre lucros. — As empresas incluídas na consolidação são tributadas individualmente em sede de imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRC) e correspondente derrama.

20 — Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa dos elementos contidos nas demonstrações financeiras consolidadas que sejam ou tenham sido originariamente expressos em moeda estrangeira.

A cotação utilizada para a conversão dos investimentos em moeda estrangeira, existentes na data do balanço, foi a seguinte:

Marco alemão (DEM) — 102\$50.

Euro (EUR) — 200\$482.

VI — Informações relativas a determinadas rubricas das contas:

21 — Imobilizações incorpóreas:

As imobilizações incorpóreas incluem essencialmente o seguinte:

Despesas de investigação e desenvolvimento — estudos de reorganização e de expansão/implantação territorial;

Despesas em edifícios arrendados — benfeitorias em edifícios arrendados para instalações próprias e que não são passíveis de recuperação.

22 — Inventário dos títulos e participações financeiras:

Informação apresentada no anexo 1.

23 — Investimentos, imobilizações corpóreas e incorpóreas — movimento ocorrido no exercício:

Informação apresentada nos anexos 2, 3 e 4.

25 — Reserva de reavaliação:

Rubricas	Imobilizações corpóreas	Investimentos	Total
Reserva de reavaliação:			
Início do exercício	—	2 005 530	2 005 530
Aumentos	—	1 792	1 792
Diminuições	—	—	—
Incorporação de capital social	—	—	—
Outras	—	(317 267)	(317 267)
Fim do exercício	—	1 690 055	1 690 055
Custo histórico (a)	569 314	8 728 442	9 297 756
Reavaliações (a)	—	(315 475)	(315 475)
Valores contabilísticos reavaliados (a)	569 314	8 412 967	8 982 281

(a) Apenas foram considerados os investimentos em imóveis e em títulos de rendimento variável, cujos movimentos de valorização se contabilizam na reserva de reavaliação.

26 — Enquadramento fiscal da reserva de reavaliação:

As mais e menos-valias fiscais a apurar aquando da venda dos investimentos, de acordo com o artigo 42.º do Código do IRC, resulta da diferença entre o valor de aquisição e o valor de venda, pelo que, as valorizações intercalares com consequente apuramento de mais e menos-valias não realizadas e a eventual constituição da reserva de reavaliação, não foram tributadas. De igual modo, a diminuição da reserva, por utilização, de acordo com os critérios estabelecidos no plano de contas, não é considerada para efeitos fiscais.

27 — Provisões não técnicas:

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Proveitos para recibos por cobrar	299 277	7 822	74 680	232 419
Proveitos para créditos de cobrança duvidosa	219 386	90 109	58 204	251 291
Proveitos para riscos e encargos	1 040 064	50 208	398 152	692 120

29 — Resultados extraordinários:

CUSTOS E PERDAS

	Ano	Ano anterior
Donativos	—	—
Mecenato	65 896	27 522
Despesas confidenciais	13 273	9 064
Perdas imobilizações corpóreas	4 134	—
Ofertas a clientes	—	277
Dívidas incobráveis	—	—
Multas e penalidades	546	190
Quotizações diversas	4 738	4 017
Correcções relativas a exercícios anteriores	—	—
Outros custos e perdas extraordinários	150 036	18 972
83 — Resultados extraordinários	3 122	202 709

PROVEITOS E GANHOS

	Ano	Ano anterior
Restituição de impostos	—	—
Recuperação de dívidas	—	—
Reduções amortizações e provisões	199 194	85 126
Ganhos imobilizações corpóreas	23 769	105 047
Correcções relativas a exercícios anteriores	230	—
Outros proveitos e ganhos extraordinários	19 169	97 049

30 — Outros investimentos financeiros — outros empréstimos:

O valor total desta rubrica, de 505 contos, refere-se na totalidade a empréstimos sobre apólices (v. quadro anexo 4).

33 — Provisões técnicas:

Rubricas	Montante calculado	Custos de aquisição diferidos	Valor de balanço no ano	Valor de balanço ano anterior
Proveito de prémios não adquiridos	4 064 844	694 109	3 370 735	3 167 380
Proveitos de matemática	12 652 204	82 992	12 569 212	10 025 328
Proveitos para riscos em curso	—	—	727 112	515 761

34 — Provisão para sinistros — relativa a sinistros ocorridos em anos anteriores:

Informação apresentada nos anexos 5 e 7.

35 — Provisão para sinistros — explicação dos reajustamentos ocorridos:

Os reajustamentos dos custos de sinistros de anos anteriores apresentam-se globalmente insignificantes, e revelam um desempenho positivo.

No ramo automóvel verifica-se um reajustamento para menos de cerca de 5%, que apenas evidencia a política de prudência consistentemente seguida pela SPS na avaliação dos sinistros pendentes. O ramo de acidentes e doença apresenta um reajustamento para mais ao mesmo nível: um reajustamento de cerca de 4,7% em acidentes de trabalho e igualmente um reajustamento positivo em doença, decorrentes das condições específicas de periodificação destas modalidades de seguro.

36 — Investimentos — critérios de valorimetria:

Terrenos e edifícios, acções, outros títulos de rendimentos variável e unidades de participação em fundos de investimento, estão valorizados de acordo com o princípio do valor actual, à excepção dos títulos de rendimentos fixo, conforme referido na nota n.º 19, no que se refere aos investimentos detidos pela empresa-mãe. Relativamente à Unipensão os investimentos estão valorizados ao custo de aquisição.

Empréstimos hipotecários, empréstimos sobre apólices e depósitos a prazo e à ordem, estão valorizados ao custo de aquisição/valor histórico, sendo os rendimentos especializados em função do período decorrido até 31 de Dezembro de cada ano.

37 — Terrenos e edifícios — métodos de avaliação:

Exercício da última avaliação	Valor de aquisição	Valor de balanço
N	—	—
N-1	721 978	1 084 728
N-2	1 245 337	2 513 685
N-3	844 593	1 432 085
N-4	—	—
Anterior	—	—

O método para a determinação do valor actual dos terrenos e edifícios encontra-se discriminado na nota n.º 19.

38 — Provisão matemática — pressupostos utilizados:

a) Carteira nova com participação nos resultados (posterior a 1 de Janeiro de 1984):

Nos seguros classificados em caso de morte, à excepção dos temporários anuais renováveis, foi utilizada a tábua de mortalidade PM 60/64 e a taxa técnica, de juro de 4%. 0 Nos seguros temporários anuais renováveis com início anterior a 2 de Janeiro de 1997, foi utilizada a tábua de mortalidade PM 60/64 e a taxa técnica de juro de 4%.

Nos seguros temporários anuais renováveis com início posterior a 2 de Janeiro de 1997, foi utilizada a tábua de mortalidade GKM 80 e a taxa técnica de juro de 4%.

Nos seguros de capital em caso de vida, foi utilizada a tábua de mortalidade PF 60/64 e a taxa técnica de juro de 4%.

Nos seguros de tipo financeiro foi utilizada a taxa técnica de juro de 4%.

Nos seguros de rendas vitalícias imediatas ou temporárias com início posterior a 1 de Janeiro de 1996, foi utilizada a tábua de mortalidade TV 73/77 e a taxa técnica de juro de 4%.

Nos seguros de rendas vitalícias imediatas ou temporárias, com início anterior a 1 de Janeiro de 1996, foi utilizada a tábua de mortalidade PF 60/64 e a taxa técnica de juro de 6%, as provisões matemáticas de balanço destas rendas representam somente 0,9% das provisões totais.

Em todos os seguros atrás mencionados as provisões matemáticas foram calculadas a prémio de inventário.

Foi zillmerizada a provisão matemática dos seguros individuais: mistos, vida inteira e capital diferido.

b) Carteira antiga sem participação nos resultados (anterior a 1 de Janeiro de 1984):

Nos seguros classificados em caso de morte, foi utilizada a tábua de mortalidade AF e a taxa técnica de juro de 3,25%.

Nos seguros de capital em caso de vida, foi utilizada a tábua de mortalidade RF e a taxa técnica de juro de 3,25%.

Em todos os seguros atrás mencionados as provisões matemáticas foram calculadas a prémio de inventário.

39 — Reembolsos e salvados:

Na conta «2610 — Existências — salvados» encontram-se contabilizados 7085 contos relativos a salvados do ramo automóvel.

Na conta «470 — Outros devedores e credores» encontram-se contabilizados 91 231 contos relativos a reembolsos de sinistros, repartidos pelos seguintes ramos:

Automóvel — 40 368 contos;
Acidentes de trabalho — 50 241 contos;
Acidentes pessoais — 229 contos;
Doença — 393 contos.

Os valores considerados resultam sempre da aceitação expressa e solvente de terceiros quanto ao reembolso considerado.

40 — Dívidas a terceiros com duração residual superior a cinco anos:

À excepção da provisão para sinistros e da provisão matemática que terão uma duração residual superior a cinco anos, tendo em conta as características destas provisões, não existem valores a pagar com exigibilidades para além dos cinco anos.

42 — Prémios brutos emitidos de seguro directo:

A Sociedade Portuguesa de Seguros celebrou em Portugal contratos de seguro directo com prémios brutos emitidos de 15 390 767 contos. Não foram celebrados contratos em outros países.

43 — Prémios brutos emitidos de seguro de vida:

Prémios brutos emitidos de seguro directo		3 569 459
Relativos a contratos individuais	3 066 226	
Relativos a contratos de grupo	503 233	3 569 459
Periódicos	1 451 192	
Não periódicos	2 118 267	3 569 459
De contratos sem participação nos resultados	334 039	
De contratos com participação nos resultados	3 235 420	3 569 459
De contratos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro		—
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite		—
Saldo de resseguro		(55 862)

44 — Comissões de seguro directo:

Comissões de mediação e corretagem — 997 359 contos;
Comissões de cobrança — 222 871 contos;
Não houve contabilização de quaisquer comissões relativas a operações entre empresas de grupo.

45 — Custos e proveitos relativamente ao seguro não vida:

Informação apresentada no anexo 6.

46 — Remunerações e responsabilidades com os membros dos órgãos sociais:

Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais:

Sociedade Portuguesa de Seguros — 19 777 contos;
Unipensão — 1740 contos.

Nenhum dos antigos membros dos órgãos sociais das empresas do grupo está a receber ou tem direito a receber futuramente, da parte das empresas, qualquer pensão de reforma.

VII — Informações diversas:

50 — Outras informações consideradas relevantes:

a) Obrigações detidas pela Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A., em situação de incumprimento de juros e reembolsos de capital em 31 de Dezembro de 1998.

Juros vencidos e não pagos — 57 721 contos;
Reembolsos vencidos e não pagos — 196 085 contos.

Nota:

Os juros vencidos e não pagos, bem como os reembolsos vencidos e não pagos não se encontram reflectidos no balanço e na conta de ganhos e perdas, encontrando-se a totalidade do capital, vencido e não vencido, 100% provisionado.

Obrigações detidas pela Unipensão, S. A., em situação de incumprimento de juros e reembolsos de capital à data de 31 de Dezembro de 1998:

Juros vencidos e não pagos — 1697 contos;
Reembolsos vencidos e não pagos — 5000 contos.

b) Para prestação de caução, resultante de processos pendentes junto dos tribunais civis e do trabalho, decorrentes fundamentalmente de processos de sinistros automóvel e de acidentes de trabalho, a Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A., constituiu garantias bancárias no valor de 49 289 contos.

c) Em cumprimento do ponto 45 da norma n.º 16/95-R, de 12/09, do Instituto de Seguros de Portugal (exercício da actividade seguradora — ramo Vida):

Modalidades	Provisões matemáticas de balanço		Montante de participação de resultados	
	No início do exercício	No fim do exercício	Atribuída no exercício	Distribuída no exercício
Capital diferido a prémios únicos sucessivos	2 205 577	3 088 359	95 583	95 583
Plano Poupança SPS — PPR	4 876 289	6 366 456	157 023	157 023
Mistos + V. inteira	350 672	368 318	9 477	12 898
Temporários + rendas certas	52 611	48 927	13 494	15 165
Plano 2000	2 325 976	2 364 399	87 045	87 045
Rendas vitalícias em fundo autónomo	113 842	109 065	1 170	1 170
Rendas vitalícias + capitais diferidos	7 441	149 664	119	143
Multirendimento — operações de capitalização	10 300	—	—	—
<i>Totais</i>	9 942 708	12 495 180	363 911	369 027

d) Foram celebrados contratos-promessa de compra e venda, relativamente aos imóveis situados na Rua da Madalena, 34, e Avenida Duque d'Ávila, 72; os valores entretanto recebidos 40 000 contos, foram contabilizados em credores diversos.

Lisboa, 17 de Fevereiro de 1999. — O Conselho de Administração: *Louis de Montferrand*, presidente — *Maria do Carmo Portela de Herédia Vieira da Fonseca*, administradora-delegada — *António Augusto Serra Lopes* — *José António de Carvalho Martins* — *Jean-François Lemoux* — *Anne-Dominique Legrand* — *Luis António Gomes Moreno* — *Hugues de Roquette-Buisson*. — O Técnico de Contas, (*Assinatura ilegível*).

Certificação legal das contas (contas consolidadas)

1 — *Introdução*. — Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A., as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 1998, que evidencia um total de balanço de 43 868 424 contos e um total de capital próprio de 7 183 010 contos, incluindo um resultado líquido de 650 140 contos, a conta de ganhos e perdas consolidada do exercício findo naquela data, e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação de as demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para

os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A verificação das operações de consolidação e, da aplicação do método da equivalência patrimonial;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião*. — Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A., em 31 de Dezembro de 1998, e o resultado consolidado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector segurador.

7 — *Ênfases*. — Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

7.1 — Conforme descrito na alínea f) da nota n.º 3 do anexo ao balanço e à conta de ganhos e perdas, a provisão para sinistros do ramo de acidentes de trabalho inclui 717 101 contos de provisão especial, para além dos mínimos impostos pelo Instituto de Seguros de Portugal.

O efeito em resultados do ano resultante do reforço desta provisão traduziu-se num custo adicional de 90 368 contos. Esta provisão reflecte assim critérios de prudência acrescida.

7.2 — A provisão para sinistros inclui 305 243 contos de provisão para os encargos futuros de gestão dos processos de sinistros pendentes, conforme descrito na mesma alínea f) da nota n.º 3 do anexo ao balanço e à conta de ganhos e perdas.

7.3 — Conforme referido na nota de introdução ao anexo ao balanço e à conta de ganhos e perdas, no início do ano de 1998 foi efectuada uma OPA amigável do grupo segurador Allianz sobre a AGF Assurances, na sequência da qual o grupo Allianz passou a deter maioritariamente em Portugal as companhias de seguros Portugal Previdente, S. A., e Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A.

No exercício de 1999, irá ocorrer a fusão destas duas sociedades, dando origem à Allianz Portugal, S. A.

Lisboa, 4 de Março de 1999. — Pedro Travassos & Delfim Alves — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Pedro Manuel Travassos de Carvalho*.

Relatório do conselho fiscal

Em conformidade com as disposições legais aplicáveis, vimos emitir o nosso relatório sobre a fiscalização das contas consolidadas da Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A., em referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1998, as quais, em conjunto com o relatório consolidado de gestão, nos foram submetidas para exame pelo conselho de administração nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 508.º-D do Código das Sociedades Comerciais.

Verificámos que o perímetro de consolidação foi definido pela Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A., como empresa consolidante, de harmonia com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 147/94, de 25 de Maio, e que nos seus aspectos essenciais foram apropriadamente aplicadas as normas de consolidação de contas emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal através da sua norma n.º 31/95-R, de 28 de Dezembro.

Relativamente às empresas integradas no perímetro de consolidação mais relevantes apreciamos os respectivos relatórios, pareceres e certificações legais de contas emitidos pelos seus órgãos de fiscalização em conformidade com as disposições legais e estatutárias que lhes são aplicáveis. Apreciamos igualmente o relatório que nos termos do n.º 1 do artigo 452.º do Código das Sociedades Comerciais, por remissão do n.º 1 do seu artigo 508.º-D, o revisor oficial de contas emitiu sobre a fiscalização das contas consolidadas a que procedeu, o qual, como exigido por lei, fica a fazer parte integrante do presente relatório, e bem assim a certificação legal das contas consolidadas que subscreveu, cujo teor mereceu a nossa inteira concordância.

O relatório consolidado de gestão satisfaz de um modo geral os requisitos exigidos pelo artigo 508.º-C do Código das Sociedades Comerciais e verificámos que existe concordância do seu conteúdo com as contas consolidadas.

Em face do exposto, e dado não se nos ter deparado qualquer aspecto que afecte materialmente a imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto das empresas compreendidas na consolidação, o conselho fiscal deliberou formular sobre o relatório consolidado de gestão e sobre as contas consolidadas o parecer que segue em separado, o qual deverá ser presente aos accionistas e publicado, como a lei impõe.

Lisboa, 4 de Março de 1999. — O Conselho Fiscal: *José Soares de Albergaria Salazar Antunes*, presidente — *Damien Todorovitch*, vogal — *Pedro Manuel Travassos de Carvalho*, vogal, em representação de Pedro Travassos & Delfim Alves — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Parecer do conselho fiscal

Nos termos do n.º 1 do artigo 508.º-D do Código das Sociedades Comerciais procedemos ao exame das contas consolidadas da Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A., em referência a 31 de Dezembro de 1998 e à apreciação da concordância, com essas contas, do relatório consolidado de gestão, em resultado dos quais somos de parecer que aproveis o conjunto destes documentos.

Lisboa, 4 de Março de 1999. — O Conselho Fiscal: *José Soares de Albergaria Salazar Antunes*, presidente — *Damien Todorovitch*, vogal — *Pedro Manuel Travassos de Carvalho*, vogal, em representação de Pedro Travassos & Delfim Alves — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Extracto parcial da acta da assembleia geral

No dia 29 de Março de 1999, na Avenida da Liberdade, 185 — Hotel Tivoli, sala Jardim, em Lisboa, reuniram em assembleia geral anual, os accionistas da Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A., para deliberar sobre os vários pontos constantes da respectiva convocatória.

Tendo sido declarada validamente constituída a assembleia, foram aprovados por unanimidade o relatório de gestão, balanço, e demais

documentos de prestação de contas do exercício de 1998, bem como a proposta de aplicação de resultados, pela qual, ao resultado do exercício consubstanciado num lucro de 691 609 406\$ que, acrescido dos resultados transitados perfaz um resultado acumulado de 1 158 590 838\$, é dada a seguinte aplicação:

Reserva legal — 69 161 000\$;
Dividendos — 360 000 000\$;
Saldo para o exercício seguinte — 729 429 838\$.

Foram ainda aprovados por unanimidade o relatório de gestão e demais documentos de prestação de contas consolidadas do exercício de 1998.

Lisboa, 20 de Julho de 1999. — Pela Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A., (*Assinatura ilegível*). 3000214652

LISBOA — 4.ª SECÇÃO

CAPITAL MAIS — ASSESSORIA FINANCEIRA, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (4.ª Secção). Matrícula n.º 7758; identificação de pessoa colectiva n.º 504336304; número e data da apresentação: 1349/21 de Abril de 2005.

Maria Margarida F. Moreira da Silva, primeira-ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (4.ª Secção):

Certifica que foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do exercício do ano de 2004, cuja publicação se pretende na íntegra.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (4.ª Secção), 22 de Junho de 2005. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida F. Moreira da Silva*.

Relatório e contas de 2004

Órgãos sociais

Assembleia geral:

Presidente: Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira.
Secretária: Maria Madalena França e Silva de Quintanilha Mantas Moura.

Conselho de administração:

Presidente: Marcos Tavares de Almeida Lagoa.
Vogais:

Fernando Fonseca Cristino Coelho.
Rameschandra Kakoo.

Fiscal único:

Amílcar Martins Escudeiro, revisor oficial de contas.
Suplente: José Manuel Macedo Pereira, revisor oficial de contas.

Revisor oficial de contas:

Amílcar Martins Escudeiro, revisor oficial de contas.
Suplente: José Manuel Macedo Pereira, revisor oficial de contas.

Relatório do conselho de administração

1 — Evolução da actividade

O exercício de 2004 fica marcado pela quebra dos resultados da sociedade, sendo que estes foram negativos no montante de — 81 845 euros.

A Capital Mais — Assessoria Financeira, S. A., tem por objectivo, desde a sua constituição em 18 de Novembro de 1998, a prestação de serviços de assessoria de investimentos e consultoria económica e financeira integrando sua actividade no âmbito da estrutura das socie-